



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

PRISCILA DA SILVA SOARES

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS
FINANCEIROS**

Rio Branco
2022



PRISCILA DA SILVA SOARES

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS
FINANCEIROS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral

Rio Branco

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676 Soares, Priscila da Silva
Assistência estudantil no Instituto federal do Acre: contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros. / Priscila da Silva Soares. – Rio Branco, 2022.
108 f.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, *Campus* Rio Branco, 2022.

Orientador: Dr. Cledir de Araújo Amaral

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Assistência estudantil. 3. Identidade - aspecto profissional. 4. Formação integral - aspecto educacional. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre II. Título

CDD 373.246



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e trinta minutos, realizou-se, por webconferência no Google Meet, via link <https://meet.google.com/pvc-gehy-ipa>, a banca de defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A realização da banca por webconferência está amparada na Instrução Normativa IFAC/Proinp n.º 02, de primeiro de abril de dois mil e vinte e dois. A dissertação submetida para banca de defesa teve por título “**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS**”, sendo registrada na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de responsabilidade da mestranda Priscila da Silva Soares, orientada pelo Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral (ProfEPT IFAC/Campus Rio Branco). Destaca-se que esse foi o momento para validação final do produto educacional da dissertação intitulado “**PROCESSO METODOLÓGICO PARA A CARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: O CASO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE**”. O presidente da Banca Examinadora apresentou os membros, a Prof.ª Dra. Cacilda Ferreira dos Reis (Assistente Social do Instituto Federal da Bahia) como avaliadora/membro externo ao Programa e a Prof.ª Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas (ProfEPT IFAC/Campus Rio Branco) como avaliadora/membro interno do ProfEPT. Ato contínuo, relatou aos participantes as regras para esse tipo de atividade acadêmica, destacando que a mestranda teria de trinta a quarenta minutos para apresentação e, em seguida, a banca poderia realizar sua arguição, sendo a ordem de praxe o membro externo, membro interno e orientador. Orientou, ainda, que não se fizessem comentários pelo chat e que todos os microfones e vídeos fossem desabilitados durante a banca, a fim de não retirar a atenção ou intervir no processo avaliativo. Assim, a discente Priscila da Silva Soares apresentou sua dissertação e produto educacional à banca, no tempo de quarenta minutos e, em seguida, a banca iniciou a apreciação crítica deles. Após, a mestranda respondeu os comentários solicitados pela banca e questões em arguição. Logo em seguida, a banca reuniu-se para deliberação em sala de webconferência Google Meet reservada, pelo período de dois minutos, retornando para leitura da ata e encerramento pelo presidente. Após retorno, o parecer foi divulgado, sendo a discente **APROVADA** em sua defesa de dissertação e validado o produto educacional apresentado, devendo realizar os ajustes apontados nas recomendações da banca antes da entrega da versão final ao ProfEPT. As observações e sugestões realizadas pela banca foram gravadas pela discente e serão discutidas com orientador e serão consideradas ao longo do texto da nova versão do documento. Ao longo da banca de defesa de dissertação, que se encerrou às dezessete horas e cinquenta e um minutos, participaram até doze pessoas, com representação significativa de segmentos da comunidade externa ao IFAC, bem como de discentes e docentes do ProfEPT. Eu, Cledir de Araújo Amaral, na condição de presidente da banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim e demais membros via Sistema Eletrônico de Informação do IFAC (SEI/IFAC), após a disponibilização da mesma pela Coordenação do ProfEPT.



Documento assinado eletronicamente por **Cledir de Araujo Amaral, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 30/05/2022, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cacilda Ferreira dos Reis, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA GOMES DE ABREU FREITAS, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 30/05/2022, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifac.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0542734** e o código CRC **FC82A378**.

PRISCILA DA SILVA SOARES

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS
FINANCEIROS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 27/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral
Doutor em Saúde Pública
Instituto Federal do Acre

Prof.^a Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Doutora em Ensino de Biociências e Saúde
Instituto Federal do Acre

Prof.^a Dra. Cacilda Ferreira dos Reis
Doutora em Ciências Sociais
Instituto Federal da Bahia

PRISCILA DA SILVA SOARES

**PROCESSO METODOLÓGICO PARA A CARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE
PROFISSIONAL: O CASO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO
FEDERAL DO ACRE**

Produto educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 27/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral
Doutor em Saúde Pública
Instituto Federal do Acre

Prof.^a Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Doutora em Ensino de Biociências e Saúde
Instituto Federal do Acre

Prof.^a Dra. Cacilda Ferreira dos Reis
Doutora em Ciências Sociais
Instituto Federal da Bahia

À minha mãe (*in memoriam*) que sempre me incentivou e
acreditou em meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

À energia e inteligência superior pela força e serenidade concedidas especialmente nesse período.

Ao professor Dr. Cledir de Araújo Amaral, pela orientação, paciência e parceria no desenvolvimento dessa pesquisa. A leveza na condução do processo e segurança com que orientou me auxiliaram a acreditar em mim mesma e no nosso projeto.

Aos membros da banca Dra. Cacilda Ferreira dos Reis e Prof.^a Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas pela disponibilidade, gentileza e contribuições para aprimoramento deste trabalho.

Aos professores do curso que contribuíram para a minha formação, em especial ao professor João Ricardo Avelino Leão pelas sugestões para aprimoramento de parte dessa dissertação.

Aos colegas de mestrado e amigos na vida Alessandra, Altino e Weysla, pelos compartilhamentos, parceria e motivação durante o processo de formação.

Aos participantes da pesquisa e meus colegas de trabalho (Assistência Estudantil e diretores de ensino) pela dedicação e presteza em participar.

Ao meu chefe imediato, Edu Gomes da Silva, pela parceria de sempre e apoio durante esse processo.

À minha colega de trabalho Maria Freire da Costa por sempre me ouvir e auxiliar nos momentos de inseguranças.

Ao Ifac por me proporcionar a realização desse mestrado e envidar esforços para sua conclusão.

Ao meu companheiro na vida, Edemilson Ferreira (Nicke Kojanski) pela compreensão, paciência e parceria durante esse tempo e às minhas filhas Ísis Kojanski e Zuck Kojanski que mesmo sem perceber, atuaram como fonte de força para superação nos momentos desafiadores.

Às professoras Edilene da Silva Ferreira, Cristiane das Neves das Neves e Luciana Maira de Sales Pereira pela revisão ortográfica e tradução para língua estrangeira do segundo artigo, respectivamente. Ao André Alfonso Peixoto pela correção dos Abstracts de todos os artigos.

SOARES, Priscila da Silva. **Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros**. 2022. 109f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, AC, 2022.

RESUMO

A identidade profissional é construída nas relações estabelecidas nos espaços laborativos a partir das identidades individuais e do sentimento de pertença com o grupo. No processo de caracterização de uma identidade devem ser consideradas a identidade para si, para o outro e a relacional de si. A Assistência Estudantil possui duas concepções: a perspectiva universalizante e a seletista. Nesse sentido, esta pesquisa buscou contribuir com uma identidade de Assistência Estudantil para além dos auxílios financeiros no Instituto Federal do Acre. Para tanto, lançou-se três objetivos específicos: a) discutir as possibilidades de atuação da equipe técnica de assistência estudantil para o processo educacional no sentido de uma formação omnilateral do sujeito; b) analisar as Políticas de Assistência Estudantil e os profissionais envolvidos na sua execução nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia numa perspectiva educativa; c) caracterizar a identidade da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre (Ifac) e d) elaborar um produto educacional que descreva o processo de caracterização da identidade profissional da Assistência Estudantil no Ifac. Foram produzidos três artigos e um produto educacional. O primeiro artigo intitulado “Assistência Estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação” foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental. O segundo artigo “Políticas de Assistência Estudantil e educadores não docentes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” serviu-se da abordagem quanti-qualitativa e pesquisa documental no levantamento dos dados. O terceiro artigo “Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: uma identidade para além dos auxílios financeiros” foi elaborado por meio da pesquisa descritiva e exploratória, natureza aplicada e abordagem qualitativa. Como procedimento foi adotada a pesquisa-ação e para coleta de dados foram realizados grupos focais e entrevistas, sendo aplicada a técnica de análise de conteúdo na

apresentação dos resultados. O produto educacional descreve o processo e apresenta os resultados levantados em relação à identidade da Assistência Estudantil do Ifac. Verificou-se que há muitas possibilidades de atuação além dos auxílios financeiros, tais como, ações de promoção social e cultural, de integração entre aluno, escola e família, atendimentos e encaminhamentos técnicos, ações de atenção à saúde e apoio psicossocial, além das específicas relativas ao cargo de cada profissional. Apesar de não haver uniformidade nos cargos e nomenclaturas dos setores que executam essa política nos institutos federais, a previsão de formação da equipe mínima destaca assistente sociais, psicólogos, pedagogos e nutricionistas, predominando os três primeiros como integrantes das equipes na maioria dos institutos. Entretanto, o quantitativo de profissionais é insuficiente para atender a todas as demandas da comunidade acadêmica. Há 20 profissionais nos setores de assistência ao estudante nos campi que desenvolvem ações de acompanhamento, orientações às famílias, reuniões e rodas de conversa, acompanhamento dos editais custeados com recurso da Assistência Estudantil, dentre outras, para um quantitativo de 4394 discentes. Autonomia, equipe multidisciplinar, equipe reduzida, dedicação e muitas demandas se destacam como algumas características identitárias da Assistência Estudantil do Ifac. Das identidades descritas na referência utilizada verificamos maior propensão para a identidade de responsável em promoção interna apesar de não se encaixar em todos os aspectos considerados pelo autor. Ademais, no Ifac, predomina entre os profissionais a percepção de educadores contribuintes com o processo de formação integral, sendo essa a principal característica da identidade profissional. Por outro lado, um dos fatores que no momento dificultam o desenvolvimento das ações numa perspectiva universalizante, ou seja, que atenda aos discentes em todos os aspectos considerando a multidimensionalidade do sujeito e a formação integral, é a alta demanda e a quantidade insuficiente de servidores no setor de Assistência Estudantil para atendê-las.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Identidade. Formação Integral. Universalizante. Educador não Docente.

SOARES, Priscila da Silva. **Student Assistance at the Federal Institute of Acre: contributions to an identity beyond financial aid.** 2022. 109f. Dissertation (Professional Master's in Professional and Technological Education - ProfEPT) - Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre, Rio Branco, AC, 2022.

ABSTRACT

Professional identity is built on the relationships established in workspaces based on individual identities and the feeling of group belongingness. In the process of characterizing an identity, one must consider the identity for oneself, for others, and the relational for themselves. Student Assistance has two conceptions: the universalizing perspective and the selective perspective. In that regard, this research sought to contribute to an identity of Student Assistance beyond financial aid at the Federal Institute of Acre. To do so, three specific objectives were set: a) to discuss the operational possibilities of the Student Assistance technical team for the educational process towards an omnilateral formation of the subject; b) to analyze Student Assistance Policies and the professionals involved in their implementation in the Federal Institutes of Education, Science, and Technology from an educational perspective; c) characterize the identity of Student Assistance at the Federal Institute of Acre (Ifac); and d) develop an educational product that describes the process of characterizing the professional identity of Student Assistance at Ifac. Three articles and an educational product were produced. The first article, entitled "Student Assistance in the educational process: possibilities of action", was built on bibliographic and documentary research. The second article, "Student Assistance Policies and non-teaching educators in the Federal Institutes of Education, Science and Technology", used a quantitative-qualitative approach and documental research in the data collection. The third article, "Student Assistance at the Federal Institute of Acre: an identity beyond financial aid", was drafted through descriptive and exploratory research, applied nature, and a qualitative approach. Action research was adopted as an investigation method. Focus groups and interviews were carried out for data collection, with content analysis applied in the result presentation. The educational product describes the process and presents the results obtained in relation to the identity of the Student Assistance from Ifac. It was verified that many possibilities for

action exist in addition to financial aid, such as social and cultural promotion actions; integration between students, school, and families; technical assistance and referrals; health care actions; and psychosocial support, besides the specific ones relating to the post of each professional. Although there is no uniformity in the positions and nomenclature of the sectors that implement this policy in the federal institutes, the forecast for minimum team creation highlights social workers, psychologists, pedagogues, and nutritionists, with the first three predominating as team members in most institutes. However, the number of professionals is insufficient to meet all the demands of the academic community. There are 20 professionals in the Student Assistance sectors on the campuses who carry out follow-up actions, guidance to families, meetings, and conversation circles, monitoring of public notices funded by Student Assistance, among others, for a number of 4394 students. Autonomy, multidisciplinary team, reduced team, dedication and many demands stand out as some identity characteristics of the Student Assistance from Ifac . Of the identities described in the reference used, we found a greater propensity for the identity of the person responsible for internal promotion, despite not fitting in all aspects considered by the author. Furthermore, predominates among professionals at Ifac the perception of educators who contribute to the integral formation process, which is the main characteristic of professional identity. On the other hand, one of the factors that currently hinder the development of actions in a universalizing perspective — i.e., that serve the students in all aspects considering the multidimensionality of the subject and the integral formation — is the high demand and the insufficient number of civil servants in the Student Assistance department to properly address them.

Keywords: Student Assistance. Identity. Comprehensive Training. universalizing. Non-Teaching Educator.

LISTA DE QUADROS

ARTIGO I – A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO PROCESSO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Quadro 1 – Linha do tempo das políticas de Assistência Estudantil no Brasil 27

ARTIGO II – POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCADORES NÃO DOCENTES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Quadro 1 – Servidores com atuação na Política de Assistência Estudantil nos
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Brasil, 2020 46

Quadro 2 – Atendimento universal nos regulamentos de Assistência Estudantil nos
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia 52

ARTIGO III – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE: UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS

Quadro 1 – Atuação da Assistência Estudantil no Ifac 65

Quadro 2 – Relação orçamento de Assistência Estudantil por aluno matriculado no
Ifac (2010 a 2021) 68

Quadro 3 – Os quatro processos identitários típicos 76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
REFERÊNCIAS.....	18
2 ARTIGO I – A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO PROCESSO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	20
RESUMO	20
2.1 INTRODUÇÃO	21
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2.3 O PROCESSO EDUCACIONAL FORMAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	22
2.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROCESSO EDUCACIONAL	26
2.5 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	31
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	35
3 ARTIGO II – POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCADORES NÃO DOCENTES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	40
RESUMO	40
3.1 INTRODUÇÃO	41
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
3.3.1 Políticas de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	52
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	56
4 ARTIGO III – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE: UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS	59
RESUMO	59
4.1 INTRODUÇÃO	59
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
4.2.1 Fase Exploratória	61

4.2.2 Planejamento	61
4.2.3 Aplicação.....	62
4.2.4 Avaliação	63
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
4.3.1 Breve história da Assistência Estudantil no Ifac	64
4.3.2 Identidade para o outro	68
4.3.3 Identidade biográfica para si	71
4.3.4 Identidade relacional de si	72
4.3.5 Identidade social/profissional	74
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
APÊNDICE A – ATA DO PRIMEIRO SEMINÁRIO COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA (EQUIPE TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL)	88
APÊNDICE B – ATA DO SEGUNDO SEMINÁRIO COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	91
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DIRETORES DE ENSINO	94
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PRIMEIROS SERVIDORES LIGADOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFAC	95
APÊNDICE E – ROTEIRO PARA O PRIMEIRO GRUPO FOCAL	96
APÊNDICE F – ROTEIRO PARA O SEGUNDO GRUPO FOCAL	97
APÊNDICE G – ROTEIRO PARA O TERCEIRO GRUPO FOCAL	98
APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTA AOS PRIMEIROS SERVIDORES)	99
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTA DIRETORES DE ENSINO)	102
APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL).....	105
APÊNDICE K – PROCESSO METODOLÓGICO PARA CARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: O CASO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	108

1 INTRODUÇÃO

O conceito de identidade nos remete às características que distinguem o caráter de uma pessoa ou de um determinado grupo que são o resultado de múltiplas interações que o indivíduo mantém com o meio social em que está inserido (FIALHO, 2017).

A identidade pessoal é anterior à profissional (social) e mantém-se mesmo com as mutações dessa última. Sendo assim, não podemos desconsiderá-la tendo em vista que o processo de construção de uma identidade não é estável, nem linear, e sim uma construção complexa e dinâmica. Cada um de nós pode se definir de maneira distinta de uma determinada identificação pelo outro, entretanto, por ser um processo de construção social, altera-se de acordo com as mudanças em relação às expectativas, valores influentes e configurações identitárias ocorridas nos grupos de referência e de pertença a que nos associamos (FIALHO, 2017).

A construção das identidades profissionais é oriunda de redes de sociabilidade e relações de poder, vivências laborais e ao desempenho de papéis sociais em diversos contextos, principalmente no das relações laborais (FIALHO, 2017). Para Santos (2005), reforçado por Marcelo (2009), a identidade social enquanto processo é uma transação constante com as pessoas que nos rodeiam, a partir de acordos e desacordos que organizam essas relações, por meio da interpretação de si como pessoa dentro de um determinado contexto.

Dubar (2005) relaciona quatro tipologias de identidade profissional: a identidade de executor 'estável' ameaçada; a identidade bloqueada; a identidade de responsável em promoção interna e a identidade autônoma e incerta. Ele as caracteriza de acordo com as seguintes especificidades: identidade para o outro, identidade 'biográfica' para si, identidade 'relacional' para si e configuração identitária e geração.

Essas tipologias são referentes ao ambiente pesquisado pelo autor (em indústrias no século XX), entretanto, as discussões são amplas e adaptáveis a outros contextos. No caso dessa pesquisa, a análise foi adaptada para o setor de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Acre (Ifac).

É importante considerar que o Ifac foi criado pela lei nº 11892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A criação dessa Rede integrou e reformulou instituições centenárias no desenvolvimento de educação profissional e marca uma maneira diferenciada de conceber educação profissional (PACHECO, 2010).

Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Lucilia Machado, Jaqueline Moll, Roseli Caldart, Marise Ramos, Maria Ciavatta e Eliezer Pacheco são alguns protagonistas dessa reformulação e defendem uma educação voltada para o mundo do trabalho. A perspectiva é de ofertar uma educação profissional articulada com a realidade local, voltada à formação humana integral, a partir da verticalização do ensino, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (PACHECO, 2010; 2020; RAMOS, 2014; SAVIANI, 1989).

A Assistência Estudantil é parte das atividades desenvolvidas nos Institutos Federais (IF) e possui um regulamento nacional que norteia suas ações nas áreas de: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Complementar a esse programa nacional, os IF possuem regulamentos próprios para Assistência Estudantil e, comumente, estabelecem especificidades, dentre elas, os atendimentos técnicos dos profissionais que executam a política.

Dutra e Santos (2017) destacam duas concepções para essa política, podendo ser de cunho seletista (que considera exclusivamente as questões econômicas e atua predominantemente com auxílios financeiros) e a perspectiva universalizante (que desenvolve ações que visam o atendimento às questões econômicas, familiares, pedagógicas, psicológicas, dentre outras, considerando a multidimensionalidade do sujeito), ou seja, amplia o atendimento para além das questões financeiras. Acreditamos que essa perspectiva possui maior probabilidade de contribuir com a formação integral visada pelos Institutos Federais.

O Instituto Federal do Acre foi criado já com essa concepção de educação profissional voltada à formação integral, conseqüentemente, todos os setores que compõe a instituição devem atuar de modo a contribuir com essa formação. Diante desse cenário, essa pesquisa buscou contribuir com uma identidade de Assistência Estudantil no Ifac para além dos auxílios financeiros.

Para tanto, partimos de quatro objetivos específicos: a) discutir as possibilidades de atuação da equipe técnica de assistência estudantil para o processo educacional no sentido de uma formação omnilateral do sujeito; b) analisar as Políticas de Assistência Estudantil e os profissionais envolvidos na sua execução nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia numa perspectiva educativa; c) caracterizar a identidade da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre (Ifac) e d) elaborar um relato do processo de caracterização da identidade profissional da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre. Foi realizado um estudo sobre a identidade do setor que resultou na escrita de três artigos e um produto educacional para caracterização da identidade de um setor.

O primeiro artigo intitulado “Assistência Estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação” utilizou como estratégia de levantamento de dados a pesquisa bibliográfica e documental. Apresenta o referencial teórico sobre a educação formal numa perspectiva de formação integral a partir da multidimensionalidade do sujeito e as possíveis contribuições dos profissionais da Assistência Estudantil nesse contexto, iniciando as discussões sobre educadores não docentes. Analisa as políticas de Assistência Estudantil nos sete institutos da região norte nos aspectos equipes multiprofissionais e perspectiva universalizante, tendo em vista que é a região em que está localizado o Ifac, lócus da pesquisa.

O segundo artigo “Políticas de Assistência Estudantil e educadores não docentes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” serviu-se da abordagem quanti-qualitativa e pesquisa documental para levantamento dos dados. Amplia as discussões sobre educadores não docentes e apresenta resultados nacionais sobre esses profissionais nos Institutos Federais.

O terceiro artigo “Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: uma identidade para além dos auxílios financeiros” foi elaborado por meio da pesquisa descritiva e exploratória, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Como procedimento foi adotada a pesquisa-ação com base em Thiollent (1986). Assim, foram realizados dois seminários com os profissionais atuantes na Assistência Estudantil (AE) do Ifac para discussão do problema e dos resultados, respectivamente (atas disponíveis nos Apêndices A e B). Para coleta de dados foram realizados grupos focais, com os profissionais da AE, e entrevistas, com os diretores de ensino e profissionais pioneiros da AE no Ifac, ambos seguindo roteiros semiestruturados (Apêndices C, D, E, F e G). Os dados foram tratados e analisados por meio da técnica

de análise de conteúdo. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices H, I e J). Esse texto destaca algumas características da identidade da Assistência Estudantil do Ifac e as discute a partir das concepções seletista e universalizante da política de AE, da compreensão de educadores não docentes e da contribuição com a formação integral.

O produto educacional intitulado “Processo metodológico para a caracterização da identidade profissional: o caso da Assistência Estudantil do Instituto Federal do Acre” (Apêndice K) apresenta o processo de caracterização da identidade profissional a partir da história, da identidade biográfica para si, identidade relacional de si e identidade para o outro do setor de Assistência Estudantil do Ifac, de modo a subsidiar ferramentas técnicas e operacionais para viabilizar a caracterização da identidade de outros setores institucionais no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esse processo está dividido em oito ações: revisão de literatura, levantamento documental, registro da história do setor, identificação da identidade para o outro, identificação da identidade para si, identificação da identidade relacional para si, identidade social (coletiva) profissional, avaliação do processo. Cada ação está subdividida em “por que”, “como” e “resultado”. Acredita-se que essa caracterização pode contribuir com a construção e/ou fortalecimento de uma identidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

DUBAR, Claude. **A socialização construção das identidades sociais e profissionais**. Traduzido por: Andréa Stabel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FIALHO, Joaquim. A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 138-162, 2017.

MARCELO, Carlos. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2009.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2014.

SANTOS, Clara. A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional. **Interacções**. Santarém - Portugal, v. 1, n. 8, p. 123-144, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

2 ARTIGO I – A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO PROCESSO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO¹

RESUMO

A assistência estudantil se constituiu apoio aos estudantes para sua permanência na instituição educacional pública de nível superior devido às dificuldades financeiras dos jovens que geralmente se deslocavam de suas cidades de origem para estudar em outros locais. Entretanto, atualmente, novas atribuições são delegadas à assistência estudantil de modo a contribuir para o processo educacional numa perspectiva omnilateral. Este artigo tem o objetivo de levantar as possibilidades de atuação dos profissionais da assistência estudantil na educação formal na sociedade contemporânea. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental como estratégia de levantamento de dados. Identificamos que as possibilidades de atuação da assistência estudantil perpassam por dois modelos básicos. O primeiro, pautado em uma política seletiva, de cunho apenas financeiro, que reflete em uma educação não emancipadora. O segundo, de caráter universal, atende o estudante em diversos aspectos: econômico, social, acadêmico e humano. Entendemos esse último modelo como fruto da crescente exigência social contemporânea e da conseqüente emergência de outras demandas que repercutem no desempenho acadêmico e interferem na permanência dos estudantes de diferentes níveis de ensino. Para tanto, novas funções podem ser atribuídas à assistência ao estudante enquanto atividade meio para garantir o sucesso do processo educacional numa perspectiva omnilateral. **Palavras-chave:** Ensino multidimensional – Assistência estudantil – Permanência – Formação cidadã.

STUDENT ASSISTANCE IN THE EDUCATIONAL PROCESS: POSSIBILITIES OF PERFORMANCE

ABSTRACT

Student assistance was constituted as support for students to remain in public higher education institutions, due to the financial difficulties of young people who usually moved from their hometowns to study elsewhere. Nowadays, however, new attributions have been delegated to student assistance to contribute to the educational process from an omnilateral perspective. This article aims to raise the possibilities of performance of student assistance professionals of formal education in contemporary society. To do so, bibliographic, and documental research was used as a strategy for data survey. We have identified that the possibilities of performance of student assistance run through two basic models: the first one is based on a selective policy, with a financial nature only, which reflects on a non-emancipating education; and the second one, of a universal nature which assists the student in several aspects: economic, social, academic, and human development. We understand this latter model because of the growing demands of today's society and the consequent rise of other

¹ Artigo aceito em 21 de julho de 2020 e publicado em 7 de março de 2022 na revista eletrônica Educação e Pesquisa. Link: <https://www.scielo.br/j/ep/a/W3rSB3FhJpGy3vRwmBDxJg/?lang=pt>

demands which impact academic performance and interfere with the permanence of students from different levels of education. Therefore, new roles can be attributed to student assistance to ensure the success of the educational process from an omnilateral perspective.

Keywords: Multidimensional education – Student assistance – Permanence – Citizenship formation.

2.1 INTRODUÇÃO

A escola, enquanto ambiente educacional e espaço de formação humana, exerce importante função social, que pode se configurar como lugar de reprodução das relações de poder e dominação de classes ou como lugar de emancipação e rompimento com essa lógica. Para Borges (2017), se a escola não se compromete com o enriquecimento humano no sentido da humanização, ela contribui, ao máximo, para a lógica do capitalismo, que se revela na alienação da classe trabalhadora.

A escola é reconhecida como uma expressão da sociedade, cujos estudantes pertencentes à classe trabalhadora ou sujeitos oriundos das classes populares apresentam historicamente maiores dificuldades de acesso e de permanência, sendo necessária a superação de tais dificuldades, por meio de ações que viabilizem a democratização tanto do acesso como da permanência no cotidiano acadêmico escolar. É nessa busca de mecanismos de equalização social, ante as desigualdades oriundas do modo de produção capitalista, que a assistência estudantil foi concebida enquanto atividade meio do processo educacional (NASCIMENTO, 2014).

Nessa perspectiva, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), apresenta-se como elemento que visa contribuir para os processos educacionais, focado, inicialmente, nas dificuldades financeiras que repercutem na permanência e no êxito dos discentes, pois “é sabido que alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção” (FONAPRACE, 2012, p. 109).

Por outro lado, ao reconhecermos que a evasão e a retenção têm outros determinantes além das questões de cunho financeiro, que podem variar de acordo com o nível de ensino, nos quais a atuação da equipe técnica da assistência estudantil pode ter atribuição promissora para colaborar com o sucesso escolar, questionamos: quais as possibilidades de atuação da equipe técnica de assistência estudantil nesse contexto?

Com o intuito de responder a esse questionamento, sem a pretensão de esgotá-lo, este estudo tem como objetivo discutir as possibilidades de atuação da equipe técnica de assistência estudantil para o processo educacional no sentido de uma formação omnilateral do sujeito.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura centrado na assistência estudantil, nos processos educacionais e na formação omnilateral, que reúne autores precursores e contemporâneos de tais temáticas, assim como documentos e regulamentos relativos a programas de assistência estudantil no Brasil, com uma abordagem qualitativa e tipologia exploratória.

Realizamos pesquisa em livros consagrados e em outras publicações acadêmicas submetidas à avaliação por pares, disponíveis nas plataformas de busca SciELO e Google Acadêmico. A busca desses artigos se deu a partir dos descritores: assistência estudantil; processo educacional; assistência estudantil e processo educacional; evasão escolar; permanência e êxito.

A fim de elencar possibilidades de atuação dos profissionais da assistência estudantil, especialmente nos Institutos Federais (IFs), analisamos o Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o Programa de Assistência Estudantil no Brasil, a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e, por fim, para ter um panorama da realidade regional, buscamos as políticas institucionais que regulamentam a assistência estudantil nos sete IFs da região Norte, a saber: Acre, Resolução Consu/Ifac nº 035/2018 (IFAC, 2018); Amapá, Resolução nº 31/2019/Consup/Ifap (IFAP, 2019); Amazonas, Resolução nº 13/2011-Consup/Ifam (IFAM, 2011); Pará, Resolução nº 07/2020-Consup (IFAP, 2020); Rondônia, Resolução nº 23/2018/Reit – Consup/Ifro (IFRO, 2018); Roraima, Resolução nº 486/2020 – Conselho Superior (IFRR, 2020); e Tocantins, Resolução nº 22/2014/Consup/IFTO (IFTO, 2014).

2.3 O PROCESSO EDUCACIONAL FORMAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O processo educacional deve ser compreendido amplamente, tendo em vista que engloba todos os processos de descoberta do mundo e a construção da base

cognitiva e afetiva desde o primeiro núcleo formador de cada indivíduo: a família. Posteriormente, passa por instituições de ensino, mercado de trabalho, ambientes religiosos, sindicais, entre outros (MAGALHÃES, 2004).

De acordo com Magalhães (2004), a distinção entre processo educacional e processo educacional formal reside no ambiente, em que o último se realiza em instituições de educação formal, os espaços construídos justamente com essa finalidade que são responsáveis por essa formação. Compreendemos existir um movimento de inter-relação de pessoas e áreas de conhecimento nesses locais: “estudantes, professores, funcionários, pais e gestores, com seus saberes, éticas, emoções e compromissos políticos e pedagógicos que constituem a escola” (BOCK et al., 2016, p. 230).

Com a expansão da escolarização, observa-se que, além de serem instruídas por professores, as pessoas precisam ser educadas por educadores, “compreendendo-se que todos os que têm presença permanente no ambiente escolar, em contato com os estudantes, são educadores, independentemente da função que exerçam” (BRASIL, 2004, p. 16), e, portanto, têm a capacidade de elaborar propostas para o aprimoramento da educação. Esse entendimento colabora para a percepção do traço pedagógico intrínseco às funções do trabalhador não-docente, redimensionando sua importância e sua atuação educativa em termos sociais e profissionais (BEZERRA et al., 2010; BRASIL, 2004).

Cada membro da comunidade escolar tem sua função no processo educacional, já que a educação ocorre, também, a partir das relações sociais e a aprendizagem envolve a aquisição de informações, habilidades e valores socialmente relevantes. De forma complementar à atuação do professor em sala de aula, ocorrem importantes processos educativos nos demais ambientes da escola. A troca de experiências e a vivência coletiva evidenciam o trabalho dos educadores não-docentes, denominados funcionários da escola (BRASIL, 2004). Nas universidades e institutos federais correspondem aos técnicos administrativos em educação, mas acreditamos que os demais servidores terceirizados, como os prestadores de serviços de limpeza, de vigilância, de portaria, recepção e estagiários que lidam frequentemente com os estudantes sejam também responsáveis por importantes processos educacionais.

Essa nova forma de compreender o processo educacional formal visa ampliar a concepção de educação, pois considera a diversidade no contexto escolar tanto

entre os educadores quanto entre os educandos, assim como as particularidades de cada estudante. Para Zabala (1998, p. 28), “[...] educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas”. Dessa forma, as aprendizagens dependem das características específicas de cada um dos aprendizes, conforme as experiências vividas desde o nascimento. A maneira e o ritmo da aprendizagem variam segundo capacidades, incentivos e interesses de cada um, ou seja, resultam de processos singulares e pessoais (ZABALA, 1998).

De acordo com Morin (2011, p. 35), sobre os princípios do conhecimento pertinente, a sociedade e o ser humano são multidimensionais, uma vez que este é “[...] ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional, já a sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa [...]”. O conhecimento deve considerar todos esses aspectos, pois estão intrinsecamente interligados e não podem isolar uma parte da outra, tanto na relação individual humana quanto na sociedade. A educação deve promover uma inteligência que considere esse multidimensionamento dentro de uma perspectiva complexa, contextual e global, visto que existe uma inter-relação direta entre indivíduo-sociedade-espécie, em que cada ente é, simultaneamente, meio e fim, ou seja, “[...] a cultura e a sociedade garantem a realização dos indivíduos e as interações entre os indivíduos permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade” (MORIN, 2011, p. 49).

Desta forma, verifica-se a interligação do desenvolvimento individual com as relações sociais, contexto no qual a escola está inserida, sendo desafiada constantemente a atender essas especificidades individuais num contexto social amplo. Libâneo (2012) ressalta a busca de um tipo de escola que disponha de espaços e tempo para atender às necessidades básicas de aprendizagem, com foco no desenvolvimento humano. Trata-se de uma escola que, ao mesmo tempo em que promova o domínio do saber sistematizado e o desenvolvimento de capacidades intelectuais, assegurando o direito à igualdade, considere que essa função se destina a diferentes sujeitos, tendo em vista que a diferença é condição explícita do ser humano e, conseqüentemente, das situações educativas.

Na sociedade contemporânea, muito tem se discutido sobre a concepção de uma educação cidadã que se afaste de modelos pedagógicos padronizados e excludentes, em favor de um ambiente de aprendizagens colaborativas e interativas

que considerem todos os integrantes da escola como protagonistas do processo educativo. O entendimento desse conceito implica na reflexão sobre a nova função social da escola e, por consequência, sobre a nova função pedagógica de seus profissionais (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, destacamos a compreensão de omnilateralidade em Marx, que pressupõe uma formação integral crítica e que atenda a todas as necessidades do ser humano, na qual o indivíduo não seja apenas assimilador e reproduzidor de informações, mas que desenvolva conhecimentos e habilidades para que seja autor da sua história e sujeito crítico e participativo na sociedade (COSTA; COUTINHO, 2018).

Entretanto, apesar de haver certo consenso entre os educadores quanto à importância de seu papel e o reconhecimento de uma função social creditada à escola, paradoxalmente, as diferentes interpretações sobre os processos de aprendizagem e de formação se configuram como um desafio no cotidiano educacional. É necessário refletir sobre a prática profissional no processo educativo considerando sua complexidade e as dificuldades de mensurar os fatores de tal processo, podendo citar, dentre eles, os “parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas, possibilidades reais dos professores, dos meios e condições físicas existentes” (ZABALA, 1998, p. 16). Dessa forma, a prática educativa se apresenta como algo fluido, difícil de demarcar com conceitos básicos, pois há a expressão de diversos fatores e hábitos pedagógicos solidificados que são difíceis de romper (ZABALA, 1998).

O papel atribuído ao ensino tem priorizado as capacidades cognitivas que são consideradas mais relevantes e que correspondem à aprendizagem das disciplinas ou matérias tradicionais, ainda com cunho meritocrático. Para Zabala (1998), se considerarmos que cabe à escola atender ao desenvolvimento das demais capacidades do sujeito e promover a formação integral dos estudantes, é preciso definir urgentemente um princípio geral, que responda ao que se deve compreender por autonomia e equilíbrio pessoal e o que se quer dizer por atuação ou inserção social.

Ao questionar essa função da escola e explicar a necessidade de definição de um princípio geral e parâmetros para essa nova forma de ensinar, Zabala (1998) traz à luz algumas problemáticas que se manifestam em uma sociedade desigual, já que, apesar de haver várias teorias e estudos sobre o conhecimento e a importância

da formação integral do ser humano, os ambientes escolares ainda são elaborados na perspectiva de reprodução dos padrões hegemônicos da sociedade. A sociedade brasileira ainda é incipiente quando o assunto é formar indivíduos críticos cujos pensamentos sejam conduzidos por si mesmos (MAGALHÃES, 2004).

Bock et al. (2016, p. 241) reforçam essa questão:

Apesar de alguns jovens referirem-se à escola como a base de sua aprendizagem, essa base não é associada a uma apropriação crítica do conhecimento, mas a um conhecimento instrumental básico para a inserção no mundo do trabalho e do consumo e regido por parâmetros de caráter mercadológico.

Por outro lado, para Bock *et al.* (2016), apesar de a escola ainda ser um lugar de reprodução da desigualdade social é também um espaço promissor para empreender ações focadas na superação das diferenças. E é nessa perspectiva que defendemos a atuação dos profissionais da assistência estudantil, embora se reconheça que a atenção inicial da assistência estudantil esteja centrada, principalmente, em ações de cunho financeiro, prescindindo ações oriundas de fatores sociais diversos em que estão inseridos os estudantes, o que exige ações de abrangência ampliada.

2.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROCESSO EDUCACIONAL

No Brasil, em 1931, no governo Vargas, foram propostas medidas de beneficência aos discentes universitários reconhecidos como pobres para receberem bolsas de estudos, inicialmente através de auxílios de alimentação e moradia. Assim, originou-se a assistência estudantil como uma modalidade de assistência social executada nas instituições de ensino superior, com intuito de garantir apoio ao estudante carente para a sua permanência no curso (NASCIMENTO, 2014; TAUFICK, 2014).

Desde então, ocorreram muitas lutas dos estudantes para manutenção e ampliação desse programa e houve várias reformulações até chegar ao Decreto n.º 7.234, de julho de 2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes (NASCIMENTO, 2014). No quadro 1, elencamos as principais reformulações ocorridas na assistência estudantil no Brasil desde as primeiras ações no ano de 1931.

Quadro 1 – Linha do tempo das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil (continua)

Decreto ou Lei	Ano	Característica	Público-alvo
Decreto nº. 19.851	1931	Prevê a concessão de bolsa de estudos e o serviço de atendimento médico e hospitalar ao corpo discente.	Todos os estudantes.
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	1934	Prevê que a União, os Estados e o Distrito Federal deveriam reservar parte dos patrimônios territoriais para formação de fundos da educação e que parte desse fundo deveria ser aplicado em auxílios, através de fornecimento de material escolar, bolsa de estudos, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.	Alunos necessitados.
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	1946	Regulamentava que cada sistema de ensino teria, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurassem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.	Alunos necessitados.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4024	1961	Prevê assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.	Todos os estudantes.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5692	1971	Assistência educacional que assegurassem aos alunos eficiência escolar. Incluía auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.	Alunos necessitados.
Decreto Presidencial nº. 69927	1972	Instituía o Programa Bolsa de Trabalho com objetivo de proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares.	Estudantes carentes de recursos financeiros.
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Prevê como dever do Estado a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Todos os alunos.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394	1996	Traz o mesmo texto que o da Constituição Federal em relação ao dever do Estado de garantir o atendimento ao educando a programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Todos os alunos.
Portaria do Ministério da Educação nº. 39	2007	Instituía o Programa Nacional de Assistência Estudantil Pnaes.	Estudantes de cursos de graduação presenciais e selecionados por meio de análise socioeconômica.
Decreto Presidencial nº. 7234	2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Prevê que as ações de assistência estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Prioriza alunos oriundos de escola pública e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.	Jovens da educação superior pública federal. Inclui os Institutos Federais e suas especificidades.

Quadro 1 – Linha do tempo das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil (conclusão)

Decreto ou Lei	Ano	Característica	Público-alvo
Projeto de Lei da Câmara dos deputados nº. 1270	2015	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Torna o Decreto anterior em lei. (Ainda em tramitação no Congresso Nacional).	Traz algumas pequenas diferenças em relação ao texto do decreto, dentre elas a inclusão do atendimento aos estudantes de pós-graduação. Amplia a prioridade para estudantes cotistas, negros, indígenas, mulheres e comunidades LGBTTT.

Fonte: Adaptado de Antunes (2018).

Observamos que, com o tempo, foi se expandindo o rol de ações de assistência estudantil a serem ofertadas aos discentes, pois os regulamentos anteriores focavam em ações de saúde, material escolar, alimentação e moradia. Já a partir de 2007, o rol de atendimento ampliou-se para nove, incluindo cultura e esporte.

O Decreto nº. 7234/2010 regulamenta dez possibilidades de ações nas áreas de alimentação, moradia estudantil, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Para tanto, anualmente, o governo federal destina recurso específico para custear essas ações nas Ifes.

Apesar da prerrogativa de atendimento das demandas especialmente de cunho financeiro destacada no 4º parágrafo do referido Decreto, que afirma que as ações de assistência estudantil devem “considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, é necessário contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010). A partir de uma perspectiva crítica da realidade, verificam-se outros aspectos que também afetam o desempenho acadêmico e podem ocasionar a evasão, dentre eles a dificuldade de compreensão dos conteúdos das disciplinas, o uso ou abuso de álcool e outras drogas, gravidez não planejada, além de violência familiar e urbana (TAUFICK, 2014).

Figueiredo e Salles (2017) e Silva e Nogueira (2016) destacam ainda a não identificação com o curso, dificuldades em obter êxito nas avaliações, influência familiar, dilema entre trabalho e estudo, deficiências na formação escolar antecedente, práticas de avaliação por vezes classificatórias e excludentes, relações interpessoais no ambiente educacional fragilizadas ou conflituosas, influência de amigos, questões relativas à estrutura e políticas escolares, oportunidades e desinteresse institucional e/ou governamental como outros fatores que podem ocasionar evasão.

Por outro lado, em relação aos fatores que podem contribuir para a permanência Silva e Nogueira (2016) destacam as experiências pessoais anteriores ao ingresso, ao que se tem, como projeção da vida futura, “maior avanço no percurso acadêmico, recebimento de bolsas, boas notas, participação em programa de nivelamento” (Ibid., p. 122), ou seja, a permanência envolve fatores materiais e simbólicos que podem corresponder a interesses e desejos do estudante, a relacionamentos que estabelece no ambiente escolar, a situações pessoais e/ou familiares e a fatores socioeconômicos e culturais relacionados àqueles estudantes em condição econômica vulnerável.

Podemos destacar, ainda, outras necessidades apresentadas pelos estudantes abordados por Andrade (2017), como desenvolver condições de pensar sua identidade pessoal e profissional, imaginar e planejar seu futuro, permitindo estabelecer planos equivalentes à sua realidade, com objetivo de superar a condição de vulnerabilidade. Dessa forma, Taufick (2014) sugere que a assistência estudantil deve ser discutida sob o ponto de vista de múltiplas funções: social, pedagógica e psicológica.

Andrade (2017) entende o desenvolvimento psicossocial do estudante como um importante indicador de reconhecimento pessoal e da participação social, já que a visão agregada da função de si e dos outros na sociedade, possibilita-lhe atuar sobre essa realidade com base nos conhecimentos adquiridos. A partir do momento em que o indivíduo se valoriza e define metas de participação e mudança social, isso pode ser um fator de inclusão social. Dessa forma, o desenvolvimento psicossocial é um aspecto que deveria ser considerado numa política de inclusão, como a regulamentada pelo Decreto n.º 7.234/2010.

Nessa perspectiva, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), que tem atuado na construção e

aprimoramento do Programa de Assistência Estudantil desde a década de 1980, em 2012 aponta alguns desafios a serem considerados na elaboração do planejamento estratégico da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), dentre elas:

- 1) Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil nas IFES, por exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos;
- 2) Fortalecimento da assistência estudantil a partir da relevância das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários, com vistas à criação de Pró-Reitorias específicas em todas as IFES de forma uniforme no que concerne à estrutura administrativa;
- 3) Implantação e ampliação de políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Incluir em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários [...] (FONAPRACE, 2012, p. 71).

Observa-se o foco no fortalecimento das equipes que operacionalizam o programa e na ampliação das ações para atender questões relacionadas à saúde dos estudantes. Atualmente, para gestar e executar o Programa de Assistência Estudantil, as Ifes possuem equipes técnicas multiprofissionais, compostas principalmente por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, nutricionistas, dentre outros profissionais que tenham relação com o atendimento aos discentes de acordo com a política de cada instituição. A composição da equipe técnica está descrita no Plano Nacional de Assistência Estudantil elaborado pelo Fonaprace em 2007.

Especialmente os assistentes sociais e psicólogos são desafiados cotidianamente a fazer o elo entre discentes, famílias, docentes e outros sujeitos pertencentes ao contexto educacional, tendo em vista as especificidades técnicas desses profissionais, observadas nos códigos de ética profissional de ambos. Os princípios fundamentais do código de ética dos assistentes sociais ressaltam:

- I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; [...]
- III - Ampliação e consolidação da cidadania [...];
- V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais [...];
- VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas [...] (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

É perceptível a ligação entre a profissão do serviço social com a função social da escola na sociedade contemporânea. Libâneo (2012) ao discorrer sobre autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, consolidação da cidadania, remete-nos aos conceitos de desenvolvimento humano, ações socioeducativas amplas, atendimento das diferenças individuais, sociais, integração social, convivência entre diferentes e o compartilhamento de culturas como condições que devem ser consideradas num novo tipo de escola.

O código de ética dos psicólogos também apresenta várias prerrogativas condizentes com o novo tipo de escola descrito por Libâneo, Morin e outros autores aqui abordados. Destacam-se:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Uma conquista recente, no que tange à assistência estudantil brasileira, foi a aprovação da Lei n.º 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas da educação básica, que em muito tem a contribuir para a educação brasileira. É válido destacar que a referida Lei foi vetada pela presidência da República, sendo promulgada posteriormente pelo Congresso Nacional após derrubada do veto presidencial, o que reforça a necessidade de transformar a atual Paes numa política de Estado e não de governo.

2.5 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O processo de construção do Programa de Assistência Estudantil ocorreu a partir de várias concepções. Os diversos contextos sociopolíticos e segmentos sociais em que se desenvolveram as discussões em torno do tema favoreceram a emersão

dessas múltiplas conceituações e inviabiliza um consenso no estabelecimento do conceito de Assistência Estudantil (DUTRA; SANTOS, 2017).

Para Dutra e Santos (2017), há em campo a disputa de concepções de assistência estudantil mais restrita ou mais seletiva, com público-alvo focado apenas nos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em contraposição às concepções mais abrangentes, numa perspectiva mais universal. Num panorama amplo, o programa não deve se limitar à elaboração e execução de mecanismos destinados apenas à população de baixa renda, mas deve se atentar, também, a princípios de atendimento universal, tendo em vista que os fatores sociais, pessoais, relacionais e acadêmicos influenciam a permanência no curso, o desempenho acadêmico e o desenvolvimento psicossocial dos estudantes universitários (ANDRADE, 2017; FIGUEIREDO; SALLES, 2017; SILVA; NOGUEIRA, 2016).

De acordo com Taufick (2014), na constituição do Pnaes (Decreto n.º 7.234/2010) existe uma intencionalidade em constituir ações complementares às atividades pedagógicas e que ampliem a formação do indivíduo através da oferta de ações voltadas para saúde, cultura, esporte e inclusão digital. O artigo primeiro do citado decreto discorre sobre a finalidade do programa em ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (no caso dos institutos, inicia-se o atendimento desde o nível básico até a pós-graduação), o que contemplaria as várias possibilidades de ações com vistas a esse fim. Ainda de acordo com o Pnaes, em seu artigo segundo, constam os seguintes objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - **minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior**; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - **contribuir para a promoção da inclusão social pela educação** (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Os objetivos do programa ratificam as possibilidades de ações com foco em áreas além da econômica. O artigo terceiro preconiza que tais ações deverão ser articuladas com as ações de ensino pesquisa e extensão. É importante considerar a interdependência entre as áreas de ações do Pnaes, pois apresentam necessidades que precisam ser supridas simultaneamente. Ao tempo que se atende carências relacionadas à moradia, por exemplo, não se pode deixar de considerar a necessidade de alimentação. Qualquer área descoberta pode coincidir com a evasão do estudante (RECKTENVALD *et al.*, 2018).

Apesar de o Pnaes ser um programa nacional, cada instituição de ensino superior tem autonomia na gestão da política e utilização dos recursos de acordo com suas necessidades e particularidades locais, considerando as áreas expostas no decreto.

Em 2014, Taufick publicou um estudo sobre as políticas de assistência estudantil de 30 institutos federais do Brasil e analisou alguns pontos-chave dos documentos. Em relação aos objetivos das políticas analisadas, observamos que possuem vinculação com os direitos sociais e com o atendimento integral dos estudantes, contemplando aspectos sociais, acadêmicos, de saúde, de cultura e de formação cidadã. “Muitas instituições ousam creditar à assistência estudantil o papel de fornecedor de uma gama de benefícios que promovem desde a formação para a cidadania, até a participação na vida acadêmica e política da instituição” (TAUFICK, 2014, p. 198).

Em complementação aos estudos de Taufick (2014), analisamos os documentos que regulamentam a assistência estudantil nos Institutos Federais – IFs com recorte na região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins) e foco na composição das equipes de atendimento e atribuições descritas.

Observamos que todos os Institutos possuem regulamentação para Assistência Estudantil aprovada por Conselho Superior, cinco delas datam dos anos de 2018 a 2020. Dos sete IFs analisados, apenas um apresenta em sua regulamentação a política focada essencialmente em auxílios financeiros, enquanto que em quatro deles são evidenciados programas com eixo de atendimento universal, ou seja, com atendimentos além de auxílios financeiros e, em outros dois IFs, embora não esteja explicitamente descrito, fica evidente que seu foco está voltado para além das ações relacionadas às questões econômicas, compreendendo programas de atenção e promoção da saúde, apoio psicológico e pedagógico.

No que tange à composição da equipe, seis IFs preveem, em sua política, uma equipe multiprofissional, composta por assistente social, psicólogo, pedagogo e/ou técnico em assuntos educacionais. Além desses profissionais são elencados, também, médicos, enfermeiros, nutricionistas, dentistas, dentre outros de áreas afins em dois institutos. Apenas em um não consta descrição da equipe para atuar na política de assistência estudantil institucional.

Cabe destacar que não foi observada na política de dois Institutos a descrição das ações da equipe envolvida na assistência estudantil, sendo que em outras cinco

políticas identificamos ações a serem desenvolvidas por esses profissionais que se relacionam à perspectiva universal e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento educacional omnilateral, a saber:

- Ações de promoção social e formação cidadã dos estudantes;
- Ações que visem integrar o tripé do processo educacional aluno, escola, família;
- Campanhas e palestras educativas que contribuam para o fortalecimento intelectual, social, político e cultural dos discentes;
- Atendimentos de alunos e/ou responsáveis, em situações específicas;
- Ações de formação e prevenção relativas ao uso e abuso de substâncias psicoativas, vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis, doenças crônicas, gravidez e paternidade precoces, dentre outros temas;
- Serviço psicológico educacional: busca o desenvolvimento humano, como foco na qualidade de vida do estudante;
- Serviço técnico-pedagógico: avalia as questões institucionais intervenientes na aprendizagem dos estudantes, promove atividades diversificadas para contribuir com o desenvolvimento das múltiplas inteligências;
- Serviço de acompanhamento social: estimula a vivência e o aprendizado do processo democrático na instituição e promove o fortalecimento da cidadania, promove a integração e participação da família dos estudantes no contexto acadêmico;
- Serviço de assistência básica à saúde: atendimentos individuais, palestras educativas, oficinas, campanhas, dentre outras ações;
- Ações de atenção à saúde e apoio biopsicossocial;
- Ações voltadas ao atendimento do estudante com baixo desempenho acadêmico, com necessidades educacionais específicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a conclusão do curso;
- Educação para a diversidade.

É válido reafirmar que vários dos profissionais técnicos que compõem a equipe de assistência estudantil possuem leis de regulamentação profissional e/ou códigos de ética que apontam competências e atribuições de maneira genérica e que possuem vínculo direto com o trabalho desempenhado no ambiente educacional.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em relação à formação integral que considerem todos os aspectos do indivíduo; o entendimento de que todos os profissionais presentes no ambiente escolar têm função importante no processo educacional formal; as prerrogativas do decreto que regem o Programa de Assistência Estudantil nos Institutos e Universidades Federais e as especificidades dos profissionais que compõem as equipes de gestão e execução do programa permitem reconhecer a importância da assistência estudantil e as possibilidades de atuação diversificada no processo educacional.

Observamos a concorrência de basicamente duas concepções sobre a atuação da assistência estudantil, uma de caráter seletivo, portanto restritiva, de cunho apenas assistencial financeiro, não desconsiderando sua importância, mas que pode refletir em processos educacionais reprodutores do *status quo* da sociedade de classes. Outra, com a concepção universalizante, a qual acreditamos que possa colaborar com o processo de emancipação, uma vez que visa atender o estudante em toda sua multidimensionalidade (econômicas, sociais, acadêmicas, desenvolvimento humano, dentre outros).

Ao analisar os regulamentos de Assistência Estudantil dos IFs situados na região Norte, fica nítida a intenção em desenvolver ações complementares ao ensino e que contribuam com a formação cidadã dos discentes para além do apoio financeiro. Entretanto, indaga-se se essas ações estão sendo realmente executadas. Se são executadas, estão sendo efetivas em seus propósitos?

Tendo em vista as constantes mudanças que ocorrem em nível social e político, o presente estudo não tem a pretensão de sanar as questões quanto às possibilidades de atuação da assistência estudantil no processo educacional, o que implica na necessidade de novos estudos que possam contribuir com delineamentos norteadores do trabalho dos educadores atuantes nessa área.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017.

ANTUNES, Evelise Dias. **Assistência estudantil nos institutos federais: da política à implementação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BEZERRA, Zedeki Fiel *et al.* Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 37, p. 279-291, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* Significações sobre escola e projeto de futuro em uma sociedade desigual. *In*: AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **A dimensão subjetiva do processo educacional**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 229-248.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 1.217, de abril de 2015**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=121552>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. [Constituição (1946)]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. [...] Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Institui em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto->

69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13935-11-dezembro-2019-789559-publicacaooriginal-159616-pl.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários da escola. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. 10. ed. rev. atual. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação profissional e a reforma do ensino médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, 2018.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 356-392, 2017.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: Fonaprace, 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf Acesso em: 17 nov. 2019.

IFAC. Instituto Federal do Acre. **Resolução nº 35, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Rio Branco: Conselho Superior, 2018.

IFAM. Instituto Federal do Amazonas. **Resolução nº 13-CONSUP/IFAM**, de 9 de junho de 2011. Institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM. Manaus: Conselho Superior, 2011.

IFAP. Instituto Federal do Amapá. **Resolução nº 31/2019 CONSUP/IFAP**, de 22 de março de 2019. Aprova a reformulação da política de assistência estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2019.

IFPA. Instituto Federal do Pará. **Resolução nº 7/2020-CONSUP**, de 8 de janeiro de 2020. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: Conselho Superior, 2020.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução nº 23/REIT – CONSUP/IFRO**, de 26 de março de 2018. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho: Conselho Superior, 2018.

IFRR. Instituto Federal de Roraima. **Resolução nº 486 – Conselho Superior**, de 14 de janeiro de 2020. Aprova ad referendum o regulamento da Política de Assuntos Estudantis no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Boa Vista: Conselho Superior, 2020.

IFTO. Instituto Federal do Tocantins. **Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO**, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre a implantação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO e dá outras providências. Palmas: Conselho Superior, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MAGALHÃES, Josiane. O processo educacional formal e a construção do social determinando a construção da consciência. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 2, n. 2, p. 153-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3465/2758>. Acesso em: 28 out. 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6189>. Acesso em: 3 out. 2019.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 405-423, 2018.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 25, n. 1, p. 111-129, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3944/3137>. Acesso em: 28 out. 2019.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da política de assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 181-201, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>. Acesso em: 1 out. 2019.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

3 ARTIGO II – POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCADORES NÃO DOCENTES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as Políticas de Assistência Estudantil (Paes) e os profissionais envolvidos na sua execução nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) numa perspectiva educativa. Para tanto, partiu-se da triangulação de abordagem quanti-qualitativa para análise dos dados obtidos por meio de pesquisa documental. Foram obtidas informações sobre os profissionais e as Paes de 31 institutos, nos quais se identificou a previsão de atendimento numa perspectiva universal ou exclusivamente seletista. Existem 2.782 servidores envolvidos na Assistência Estudantil (AE), para atender 473.897 estudantes nos IFs. Há maior número, respectivamente, de assistentes de alunos, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Foram identificadas 25 Paes que previam explicitamente programas ou ações de cunho universalista. Entretanto, para que tais políticas sejam efetivadas é necessário que o número de profissionais seja suficiente para garantir o atendimento numa perspectiva universal. Esse aspecto de atuação legitima aos profissionais da Assistência Estudantil sua identidade educadora que precisa ser incorporada pelo profissional de tal modo que seja igualmente percebida pela comunidade acadêmica e contribua efetivamente para o desenvolvimento do processo educacional.

Palavras-chave: Política Educacional, Educação Profissional, Equipe Técnica de Educação, Permanência e Êxito.

STUDENT ASSISTANCE POLICIES AND NON-TEACHING EDUCATORS AT THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

ABSTRACT

This article aims to analyze the Student Assistance Policies (Paes) and the professionals involved in their implementation at the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IF) from an educational perspective. To this end the triangulation of a quantitative-qualitative approach was used to analyze the data obtained through documentary research. Information was obtained about the professionals and PAES of 31 institutes, in which the prediction of support services under a universal or exclusively selective perspective. There are 2,782 servers involved in Student Assistance (AE) to serve 473,897 students in the IF. There are a greater number, respectively, of student assistants, social workers, psychologists and pedagogues. 25 Paes that explicitly provided for universalist programs or actions were identified. However, for such policies to be effective, it is necessary that the number of professionals is sufficient to guarantee support services in a universal perspective. This aspect of action legitimizes, to Student Assistance professionals, their educating

² Artigo submetido à **Educação em Revista** em 22 de outubro de 2021 e aceito em 23 de fevereiro de 2022. Referência: SOARES, Priscila da Silva; FERREIRA, Edilene da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo;. Políticas de Assistência Estudantil e educadores não docentes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Educação em Revista**. (prelo)

identity which needs to be incorporated by professionals in such a way that it is equally perceived by the academic community and effectively contributes to the development of the educational process.

Keywords: Educational Policies, Professional Education, Technical Education Team, Permanence and Success.

POLÍTICAS DE ASISTENCIA AL ESTUDIANTE Y EDUCADORES NO DOCENTES EN LOS INSTITUTOS FEDERALES DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las Políticas de Atención al Estudiante (PAES) y los profesionales involucrados en su ejecución en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IF) desde una perspectiva educativa. Para ello, partimos de la triangulación de un enfoque cuantitativo-cualitativo para analizar los datos obtenidos a través de la investigación documental. Se obtuvo información sobre los profesionales y las Paes de 31 institutos, en los que se identificó la expectativa de atención desde una perspectiva universal o exclusivamente selectista. Hay 2,782 funcionarios involucrados en la Asistencia Estudiantil (AE) para atender a 473,897 estudiantes en el IF. Hay un mayor número, respectivamente, de estudiantes asistentes, trabajadores sociales, psicólogos y pedagogos. Se identificaron 25 Paes que preveían explícitamente programas o acciones de carácter universalistas. Sin embargo, para que tales políticas sean efectivas, es necesario que el número de profesionales sea suficiente para garantizar la atención en una perspectiva universal. Este aspecto de actuación legitima a los profesionales de Asistencia al Estudiante su identidad educativa que necesita ser incorporado por el profesional de tal manera que sea igualmente percibido por la comunidad académica y contribuya efectivamente al desarrollo del proceso educativo.

Palabras clave: Políticas Educativas, Educación Profesional, Equipo de Educación Técnica, Permanencia y Éxito.

3.1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e possuem as mesmas finalidades, características e objetivos de acordo com a Lei nº 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008a). Nessas instituições, são desenvolvidas ações de Assistência Estudantil (AE), visando contribuir para o acesso, permanência e êxito dos seus estudantes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto nº 7234/2010, estabelece as ações que poderão ser desenvolvidas, tais como: alimentação, transporte, moradia estudantil, creche, esporte, cultura, inclusão digital, atenção à saúde, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

As ações sobre as quais trata o decreto podem ser efetivadas por meio de programas de auxílio financeiro ou bolsas, de cunho seletista, visto que pretendem atender um grupo de estudantes com um determinado perfil econômico (prioritariamente oriundos de escola pública e com renda per capita de até um salário mínimo e meio), embora outros critérios dentro do perfil socioeconômico sejam considerados pela maioria dos institutos.

As equipes técnicas responsáveis pela implementação das Políticas de Assistência Estudantil (Paes) nos institutos são, em geral, compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, nutricionistas, dentre outros profissionais que tenham relação com o atendimento aos discentes de acordo com a política de cada instituição (SOARES; AMARAL, 2022).

Ampliando o potencial educacional da assistência estudantil, Dutra e Santos (2017) postulam o aspecto universalista, em que prevê o atendimento a todos os estudantes, independentemente da situação econômica, e repasse financeiro, destinando-se a atuar sobre variadas questões que podem interferir no desempenho estudantil e, conseqüentemente, no seu processo de formação cidadã, o que coaduna com o projeto de formação para o mundo do trabalho, considerando os pressupostos de uma educação omnilateral proposta para a Rede Federal.

Levando em consideração que os estudos sobre a AE centram-se predominantemente sobre os auxílios financeiros, portanto, restritos ao caráter seletista da assistência estudantil e, tendo em vista a potencial contribuição para o processo educacional da perspectiva universalista nos institutos federais, o presente estudo tem como objetivo analisar as Políticas de Assistência Estudantil e as categorias profissionais envolvidas na sua execução nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia numa perspectiva educativa.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem quanti-qualitativa em virtude de a pesquisa qualitativa focar em aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Nela, o cientista é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de suas pesquisas, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Por outro lado, a pesquisa quantitativa utiliza a linguagem matemática para apresentar as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis. A utilização

conjunta de ambas permite angariar mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002).

Por meio do procedimento de pesquisa documental, para obtenção dos dados, buscamos informações sobre cargos e quantidade de servidores envolvidos com a assistência estudantil nos institutos federais, exceto do Ifac, visto que as informações já estavam disponíveis. Para tanto, utilizamos a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Controladoria Geral da União (<https://falabr.cgu.gov.br>), que obriga as instituições públicas a fornecerem aos cidadãos as informações de caráter público nos termos da Lei nº 12.527 de 2011.

Os pedidos de informações foram realizados no período de 10 de setembro a 19 de outubro de 2020, durante o qual obtivemos resposta de 30 institutos, totalizando informações de profissionais da assistência estudantil de 31 instituições entre os 38 existentes na Rede Federal.

O número de alunos matriculados em cada um dos 31 institutos federais de nossa amostra foi identificado na Plataforma Nilo Peçanha 2020, ano base 2019 (<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>), para subsidiar a análise da relação profissionais da AE e estudantes. Excluímos os cursos de Formação Inicial e Continuada, pois, em virtude da sua característica de curta duração, os alunos não são plenamente cobertos pelas Políticas de Assistência Estudantil.

As normativas que regulamentam a Assistência Estudantil em nível institucional foram buscadas nos portais dos IF e site de busca Google. Todavia, quando não havia possibilidade de localizá-las nos sítios eletrônicos, foram solicitadas, por meio de um grupo de e-mails, o servicosocialifectbrasil@googlegroups.com, que é composto pela maioria dos assistentes sociais das universidades e institutos federais e, ainda, solicitado via grupo de WhatsApp, do qual fazem parte os gestores dessa política nas instituições. Localizamos 30 resoluções que tratam da Política de Assistência Estudantil (Paes), com exceção do Instituto Federal do Rio Grande do Norte cujos regulamentos centram-se exclusivamente em auxílios.

Com o propósito de realizar uma análise exploratória do cenário nacional, regional e por instituições, distribuimos os profissionais da AE ocupantes de cargos de nível superior (assistente social, nutricionista, pedagogo, psicólogo e técnico em assuntos educacionais) por alunos, empregando a seguinte equação:

$$RPA = (N/A) * 1000, \text{ onde:}$$

RPA	relação profissional da assistência estudantil por aluno;
N	número total de servidores/profissionais;
A	número total de alunos;
1000	base de referência para comparabilidade, ou seja, o valor da RPA para cada mil estudantes.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos levantamentos sobre os regulamentos que estipularam os cargos/profissões que deveriam/poderiam compor a equipe técnica de atendimento aos discentes, identificamos o Plano Nacional de Assistência Estudantil proposto pela diretoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) de 2007/2008, que cita a necessidade de concurso público para servidores técnico-administrativos: assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo às especificidades de cada região e instituição (ANDIFES, 2007).

Em complemento a esses dados, Piana (2009), à luz de Vieira (1977), afirma que o serviço social na educação surgiu nos Estados Unidos em 1906 com a designação, pelos Centros Sociais, de visitadoras para verificar as razões pelas quais as famílias não enviavam seus filhos à escola, os motivos da evasão escolar ou da falta de aproveitamento das crianças, bem como sua adaptação à escola. Também ocorria em vários países o atendimento às crianças, muitas vítimas de maus tratos por parte dos pais ou responsáveis, que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento.

Esse trabalho, intitulado Serviço Social Escolar, compunha a equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores com o intuito de atender os alunos com problemas de aprendizagem, o que demarca que a educação já era um campo de atuação também para os psicólogos (PIANA, 2009).

A autora afirma que, no Brasil, há relatos históricos de que o início do Serviço Social Escolar tenha ocorrido no ano de 1946, nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. As atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais que refletissem no desempenho do aluno; à intervenção em situações escolares consideradas defeitos ou anormalidade social; e à promoção de ações que proporcionassem adaptação dos estudantes ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar (PIANA, 2009; YANNOULAS; GIROLAMI, 2017).

Nos subsídios para atuação dos assistentes sociais na educação, data dos anos 2000 a inclusão de ações sistemáticas para o debate sobre o Serviço Social na Educação pelo conjunto Conselho Federal do Serviço Social/Conselho Regional do Serviço Social, Cfess/Cress, respectivamente (CFESS, 2012).

Esses dados nos remetem a discussões anteriores à Andifes em relação ao assistente social e ao psicólogo no contexto escolar. Quanto aos demais profissionais, com exceção do pedagogo que é um cargo inerente à educação, não identificamos a origem do trabalho nesse ambiente. Entretanto, eles são comumente considerados em equipes de saúde.

No levantamento sobre esses profissionais no contexto da educação profissional em 31 dos 38 institutos federais, verificamos que não há uniformidade nos cargos que compõem a assistência ao estudante. Alguns institutos possuem todas as áreas elencadas, outros não. Há cargos específicos que comumente não compõem a equipe técnica de assistência ao estudante, mas que, de acordo com as informações prestadas, fazem parte das equipes de alguns IFs. São eles: técnico em segurança do trabalho, técnico em saúde bucal, engenheiro em segurança do trabalho, operador de máquina de lavanderia, vigilante, administrador, auxiliar de limpeza, cozinheiro, padeiro, auxiliar de cozinha, docentes, dentre outros que não fazem parte da análise no presente momento.

Também observamos que as nomenclaturas do setor de atendimento aos discentes são bastante diversas. Destacam-se: Assistência Estudantil; Assistência ao Estudante; Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional; Núcleo de Gestão Administrativa Educacional e Assistência ao Educando, dentre as quais predomina a primeira expressão.

Ademais, a maioria dos campi não possui servidores em todos os cargos propostos pela Andifes (2007), evidenciando que em algumas unidades os estudantes não dispõem do atendimento por profissional específico, são atendidos em unidades próximas ou encaminhados para o atendimento fora dos espaços institucionais.

Considerando os profissionais indicados pela Andifes (2007) há predomínio de profissionais de serviço social, seguido de psicologia e pedagogia atuando na AE, porém o cargo de maior número de servidores é o de assistente de aluno, sendo este número potencialmente subestimado, uma vez que esse servidor, muitas vezes, pode atuar vinculado a outro setor (Quadro 1).

Quadro 1 – Servidores com atuação na Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasil, 2020

Instituto Federal	Unidades	Ass./Aux. Adm.	Ass. de Aluno	Assistente Social	Enfermeiro	Médico	Nutricionista	Odontólogo	Pedagogo	Psicólogo	Téc. em Assuntos	Téc./ Aux. em Enfermagem	Téc. de Laboratório	Tradutor/ Intérprete de Libras
Ifac	7	2	-	9	-	-	1	-	6	4	5	-	-	-
Ifal	18	7	10	19	16	4	14	5	2	16	4	19	6	-
Ifap	5	-	1	4	3	2	-	-	-	2	3	4	-	-
IFB	10	5	24	13	-	-	-	-	5	9	5	-	-	-
Ifba	22	8	14	23	6	2	13	1	29	13	12	6	-	13
IF Baiano	14	7	38	10	12	2	9	6	2	10	2	9	-	1
IFC	14	7	22	12	3	-	2	1	9	10	6	3	-	1
IFCE	-	-	-	45	-	-	-	20	-	31	-	-	-	-
Iffar	12	-	30	10	7	7	10	10	-	9	1	-	-	-
IF Fluminense	12	10	6	14	1	3	8	3	6	6	8	5	1	5
IFG	14	2	1	17	-	3	-	2	2	11	1	6	-	1
IF Goiano	12	5	18	4	2	2	5	4	3	5	4	5	1	1
Ifma	30	4	12	27	19	17	8	10	-	24	1	29	-	-
IFMG	19	6	15	14	1	2	2	3	1	5	5	3	1	2
IFMS	11	-	26	13	9	-	1	-	18	8	18	-	-	2
IFMT	19	2	23	11	4	-	1	1	8	9	9	3	-	10
IFNMG	12	3	24	11	2	5	5	4	1	8	1	5	-	1
IFPA	19	4	18	18	4	1	5	-	6	6	8	4	1	2
IFPB	15	-	-	27	5	15	8	6	29	12	32	22	-	33
IFPE	16	5	27	18	5	2	4	5	5	18	6	7	-	8
IFPI	21	4	21	21	4	1	8	2	17	11	18	4	1	2
IFPR	-	2	43	26	-	-	1	-	36	16	18	1	-	14
IFRN	22	13	-	44	5	25	10	18	-	16	-	29	3	-
Ifro	10	4	32	11	9	-	3	-	10	8	-	3	-	7
IFRR	5	2	3	6	5	3	1	2	1	5	4	6	-	3
IFRS	18	6	20	15	3	1	3	1	13	15	4	1	-	2
IFSC	-	16	35	24	-	1	3	1	44	18	38	2	12	2
IF Sertão-PE	7	2	18	2	7	3	4	2	5	6	6	6	-	9
IF Sul	14	-	-	2	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-
IF Sul de Minas	8	8	12	11	4	1	3	2	4	7	4	4	1	2
IFTO	12	5	18	13	8	2	3	1	10	5	5	9	1	2
Total	-	139	511	494	144	104	136	110	273	323	229	195	28	123

Fonte: Institutos Federais de acordo com informações da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (2020).

Como atribuições de alguns dos profissionais elencados que demarcam a contribuição com o aspecto universal da AE, é previsto para o assistente social atuar na ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação. Contudo, ela não se limita aos estudantes e nem às abordagens individuais, pois envolve ações junto a toda comunidade acadêmica (famílias, docentes, demais trabalhadores da educação e gestores), a profissionais e a redes que compõem as demais políticas sociais, de caráter não só individual, mas também coletivo (CFESS, 2012).

Já o psicólogo realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo, colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e intrapessoais, referindo-se sempre às dimensões política, econômica, social e cultural, e participa da elaboração de planos e políticas referentes à educação, com objetivo de promover a qualidade e democratização do ensino (CFP, 1992).

O nutricionista, predominantemente, está vinculado à gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A Resolução CFN nº 465 destaca como algumas das atribuições desse profissional: a proposição e realização de ações de educação permanente alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental e a participação de equipes multidisciplinares destinadas a quaisquer ações relacionadas à alimentação escolar. O citado regulamento prevê ainda o quantitativo mínimo de profissionais a depender do número de estudantes por entidade executora, por exemplo, para cada grupo de 2501 a 5000 estudantes é necessário 1 responsável técnico nutricionista e 3 nutricionistas compondo o quadro técnico, com carga horária de 30h (CFN, 2010).

As atribuições do Técnico em Assuntos Educacionais ainda são rodeadas de discussões e, por vezes, esses profissionais são desviados de suas funções de nível superior e atuam mais nas demandas administrativas, entretanto suas funções podem ser equiparadas à dos pedagogos, principalmente se for considerado o ofício nº 015/2005 do Ministério da Educação que, apesar de ter sido tornado sem efeito em 2017, apresenta as atribuições descritas nos editais dos concursos. Destacamos dentre elas as seguintes: planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo ensino-aprendizagem, criando ou modificando processos educativos em articulação com os demais elementos do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos (LINKOWSKI, 2019).

Além das atribuições específicas que esses profissionais podem desenvolver, Peduzzi et al. (2013, p. 979) destacam que “a articulação das ações e a colaboração dos profissionais de diferentes áreas requer a manutenção das especificidades de cada área”. Ou seja, é importante a composição da equipe por todos os profissionais previstos, a fim de que se tenha um trabalho efetivo, tendo em vista a necessidade de considerar as dimensões psicológicas, sociais e pedagógicas dos discentes (TAUFICK, 2014).

Esse trabalho interdisciplinar fundamenta-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, única e diversa e nos inflige a distinguir os limites dos sujeitos que investigam os limites do objeto pesquisado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo, isto é, mesmo que haja a necessidade de delimitar determinado problema não significa abandonar as múltiplas determinações que o constituem, permanecendo a importância do trabalho multiprofissional (FRIGOTTO, 2008).

Nos institutos federais em conjunto, para cada mil estudantes há três profissionais de assistência estudantil. Na análise conjunta dos profissionais por IF, observamos os melhores resultados na relação profissional/aluno no IFMS (7,31), no IFSC (6,21) e no Ifac (5,87). Enquanto os piores resultados nessa relação se destacam: o IFSul (0,33), o IFGoiano (1,43) e o Ifap (1,58).

Na análise global por categoria profissional, há cerca de 1 assistente social, 0,68 psicólogo e 0,58 pedagogo para cada mil estudantes. Quando as análises centram nas informações dos institutos por região temos maior número de profissionais nas regiões Sul (3,48) e Nordeste (3,16), enquanto o Centro-oeste apresenta a menor relação (2,78).

As melhores relações por categoria profissional nos institutos foram observadas no Ifac (2,11) para assistente social, no Ifar (1,11) para nutricionista, no IFMS (2,27), seguido do IFSC (2,15) para pedagogo, do IFRR (1,31) para psicólogo e do IFMS (2,27) para técnico em assuntos educacionais (Tabela 1).

Tabela 1 – Profissionais da Assistência Estudantil por aluno nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasil, 2020 (continua)

Instituto/ Região	Unidades	Total de Alunos	Ass. Social		Nutricionista		Pedagogo		Psicólogo		Téc. em Assuntos Educaçãois		Total de Profissionais ³	
			N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000
Norte	58	54949	61	1,11	13	0,24	33	0,60	30	0,55	25	0,45	162	2,95
Ifac	7	4256	9	2,11	1	0,23	6	1,41	4	0,94	5	1,17	25	5,87
Ifap	5	5698	4	0,70	-	-	-	-	2	0,35	3	0,53	9	1,58
IFPA	19	15239	18	1,18	5	0,33	6	0,39	6	0,39	8	0,52	43	2,82
Ifro	10	14266	11	0,77	3	0,21	10	0,70	8	0,56	-	-	32	2,24
IFRR	5	3817	6	1,57	1	0,26	1	0,26	5	1,31	4	1,05	17	4,45
IFTO	12	11673	13	1,11	3	0,26	10	0,86	5	0,43	5	0,43	36	3,08

³ Profissionais: Assistente Social, Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais; N = número total; (N/A) x 1000 = Número de Profissionais da Assistência Estudantil (N) dividido pelo total de alunos (A), multiplicado por mil alunos.

Tabela 1 – Profissionais da Assistência Estudantil por aluno nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasil, 2020 (conclusão)

Instituto/ Região	Unidades	Total de Alunos	Ass. Social		Nutricionista		Pedagogo		Psicólogo		Téc. em Assuntos Educaçãois		Total de Profissionais ⁴	
			N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000	N	(N/A) x1000
Centro-oeste	66	64637	58	0,90	7	0,11	36	0,56	42	0,65	37	0,57	180	2,78
IFB	10	11017	13	1,18	-	-	5	0,45	9	0,82	5	0,45	32	2,90
IFG	14	11512	17	1,48	-	-	2	0,17	11	0,96	1	0,09	31	2,69
IFGoiano	12	14719	4	0,27	5	0,34	3	0,20	5	0,34	4	0,27	21	1,43
IFMS	11	7930	13	1,64	1	0,13	18	2,27	8	1,01	18	2,27	58	7,31
IFMT	19	19459	11	0,57	1	0,05	8	0,41	9	0,46	9	0,46	38	1,95
Nordeste	165	202986	236	1,16	78	0,38	89	0,44	157	0,77	81	0,40	641	3,16
Ifal	18	14983	19	1,27	14	0,93	2	0,13	16	1,07	4	0,27	55	3,67
IFBA	22	23640	23	0,97	13	0,55	29	1,23	13	0,55	12	0,51	90	3,81
IFBaiano	14	11826	10	0,85	9	0,76	2	0,17	10	0,85	2	0,17	33	2,79
IFCE	-	33623	45	1,34	-	-	-	-	31	0,92	-	-	76	2,26
IFMA	30	28054	27	0,96	8	0,29	-	-	24	0,86	1	0,04	60	2,14
IFPB	15	22888	27	1,18	8	0,35	29	1,27	12	0,52	32	1,40	108	4,72
IFPE	16	19355	18	0,93	4	0,21	5	0,26	18	0,93	6	0,31	51	2,63
IFPI	21	19097	21	1,10	8	0,42	17	0,89	11	0,58	18	0,94	75	3,93
IFRN	22	23431	44	1,88	10	0,43	-	-	16	0,68	-	-	70	2,99
IFSertão-PE	7	6089	2	0,33	4	0,66	5	0,82	6	0,99	6	0,99	23	3,78
Sudeste	51	77666	76	0,98	19	0,24	48	0,62	42	0,54	36	0,46	221	2,85
IFFluminense	12	14121	14	0,99	8	0,57	6	0,42	6	0,42	8	0,57	42	2,97
IFMG	19	13935	14	1,00	2	0,14	1	0,07	5	0,36	5	0,36	27	1,94
IFNMG	12	14745	11	0,75	5	0,34	1	0,07	8	0,54	1	0,07	26	1,76
IFPR	-	21618	26	1,20	1	0,05	36	1,67	16	0,74	18	0,83	97	4,49
IFSul de Minas	8	13247	11	0,83	3	0,23	4	0,30	7	0,53	4	0,30	29	2,19
Sul	58	73659	63	0,86	19	0,26	67	0,91	52	0,71	50	0,68	251	3,41
IFC	14	12378	12	0,97	2	0,16	9	0,73	10	0,81	6	0,48	39	3,15
IFFar	12	9007	10	1,11	10	1,11	-	-	9	1,00	1	0,11	30	3,33
IFRS	18	16662	15	0,90	3	0,18	13	0,78	15	0,90	4	0,24	50	3,00
IFSC	-	20443	24	1,17	3	0,15	44	2,15	18	0,88	38	1,86	127	6,21
IFSul	14	15169	2	0,13	1	0,07	1	0,07	-	-	1	0,07	5	0,33
Total	-	473897	494	1,04	136	0,29	273	0,58	323	0,68	229	0,48	1455	3,07

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A diversidade cultural, social e econômica do país revela-se na distribuição dos profissionais que atuam na assistência estudantil por grupos de mil alunos. Esse cenário, ao que temos conhecimento não avaliado, remete-nos a algumas questões diretamente relacionadas à atuação da AE: como desenvolver um trabalho eficiente ante uma demanda tão alta? Como ficam os estudantes que carecem de atendimentos específicos em unidades/IF onde não há certos profissionais?

⁴ Profissionais: Assistente Social, Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais; N = número total; (N/A) x 1000 = Número de Profissionais da Assistência Estudantil (N) dividido pelo total de alunos (A), multiplicado por mil alunos.

Tais questionamentos ganham maior peso ao se considerar a atuação da assistência estudantil numa perspectiva universal, que, independente das questões econômicas, torna-se um desafio ainda maior e exige o desdobramento das equipes que fazem frente no enfrentamento das demandas cada vez mais complexas que repercutem nos processos educacionais como fruto das relações da sociedade a que Bauman (2001) chamou de modernidade líquida.

Num contexto de aumento dos transtornos psicológicos e emocionais, como a ansiedade, especialmente durante a pandemia de Covid-19, que além de ampliar esses transtornos, também ampliou a demanda de trabalho dos profissionais. Todavia, até mesmo estes têm sofrido com essas problemáticas devido ao aumento das demandas da comunidade acadêmica, o que torna ainda mais desafiador o desempenho dessas ações de caráter universal (BARROS; *et al.*, 2020).

Para Dias (2021), no século XXI, espera-se do indivíduo a autossuperação, desempenho e inovação, fazendo com que ele queira sempre produzir mais e melhor. E a pandemia, ao que parece, acelerou tudo isso. Para a autora, “podemos entender o vírus como espelho da sociedade descrita por Han (2017), como sendo a sociedade do cansaço” (p. 565).

Além dessas questões de ordem emocional, é importante situar outras que também envolvem o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva de totalidade. Dentre elas estão o alto índice de desemprego e/ou subemprego, as diversidades étnicas, etárias, sociais, econômica, política, culturais que marcam a existência do indivíduo, que se não forem devidamente trabalhadas podem afetar o desempenho escolar (REIS, 2018).

Estudo recente publicado pela Andifes (2021), realizado com estudantes das universidades do Brasil, elenca como dificuldades que impactam no desempenho acadêmico: a violência sexual, física e psicológica, maternidade ou paternidade, conflitos de valores, discriminação e preconceitos, problemas de saúde, dificuldade de aprendizagem, relacionamento familiar, dificuldades financeiras, problemas emocionais, falta de disciplina, carga excessiva de trabalhos estudantis, adaptação às novas situações, dentre outras, tendo os cinco últimos maior representatividade. Tal entidade afirma que os maiores desafios da assistência estudantil para ampliar o desempenho acadêmico de estudantes (nessa ordem) estão relacionados à “ampliação das transferências diretas (bolsas), à cobertura das ações de saúde mental e ao acompanhamento pedagógico e das ações de acolhimento” (p. 33).

Conforme já apontamos em estudo anterior, a atuação das equipes da assistência estudantil “envolve fatores materiais e simbólicos que podem corresponder a interesses e desejos do estudante, a relacionamentos que estabelece no ambiente escolar, a situações pessoais e/ou familiares e a fatores socioeconômicos e culturais” (SOARES; AMARAL, 2022).

É no interior das unidades de ensino dos institutos federais, no dia a dia da educação profissional e tecnológica, caracterizada por uma rotina exigente, especialmente aos adolescentes do ensino técnico integrado, que o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus correspondentes locais precisam ser implementados pelas equipes técnicas de assistência estudantil. O sucesso desse trabalho representa o alcance dos objetivos centrais que são o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

Por outro lado, fatores estruturantes, como a composição das equipes, podem limitar ou mesmo inviabilizar o alcance de tais objetivos. Portanto, faz-se necessário o fortalecimento da política educacional, orçamentária, de gestão de pessoas, bem como do reconhecimento da importância dessa pauta nas discussões da gestão em nível macro.

Há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, PL nº 3145-A de 2008, que dispõe sobre a contratação de assistentes sociais e altera a lei nº 8662/93, que dispõe sobre a profissão do assistente social, com uma proposta de que “os estabelecimentos de ensino devem contratar e manter no mínimo um assistente social para cada grupo de 800 alunos, e os que ultrapassarem este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um, para cada grupo de 800 alunos ou fração” (BRASIL, 2008b, p. 9).

Apesar de ter sido rejeitada por votos em separado na Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto foi desarquivado e segue em tramitação. Caso seja aprovado, pode representar uma conquista para essa categoria e abrir precedentes para luta das demais profissões.

Como já abordado, embora não se tenha uma regulamentação nacional sobre a composição das equipes multiprofissionais de assistência estudantil, 26 das 31 Políticas de Assistência Estudantil (Paes) analisadas preveem o quadro técnico necessário para sua implementação. Importante destacar que comumente essa equipe técnica deve compor cada unidade, tendo em vista a inviabilidade de

atendimento à distância e a importância do estabelecimento de vínculos desses profissionais com os estudantes.

3.3.1 Políticas de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A análise dos regulamentos que tratam sobre a Assistência Estudantil nos IF permitiu identificar que, de uma maneira geral, a maioria das resoluções traz algum aspecto que a identifica como atendimento universal, seja nos objetivos, princípios, diretrizes, programas ou funções das equipes. Em nosso mapeamento, focamos na explícita previsão do atendimento universal da análise dos programas ou ações específicas. Com esse critério, as políticas de apenas seis institutos não se enquadram na previsão do atendimento universal (Quadro 2).

Quadro 2 – Atendimento Universal nos Regulamentos de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (continua)

Instituto Federal	Regulamento da AE	Sim/Não	Identificador da Previsão de Atendimento Universal pela Norma
Ifac	Resolução nº 35/2018 – Regulamenta a Política de Assistência Estudantil	Sim	Capítulo I – Programas universais. Art. 16 – destinado a todos os estudantes com matrícula e frequência regular.
Ifal	Resolução nº 16/2017 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Capítulo V – Dos Programas universais e suas regulamentações. Art. 12 - têm como objetivo atender às/aos estudantes, de acordo com suas necessidades e demandas, sem critérios de seleção.
Ifap	Resolução nº 37/2019 – Aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil	Sim	Capítulo VII – Do eixo universal. Art. 32. consiste no desenvolvimento de ações voltadas aos estudantes regularmente matriculados, independente da condição socioeconômica
IFB	Resolução nº 41/2020 – Aprova a política de Assistência Estudantil	Sim	Seção I – Eixo universal. Art. 9º diz respeito às ações de atendimento, acolhimento, acompanhamento e demais atividades voltadas aos estudantes realizadas pela equipe da CDAE.
Ifba	Resolução nº 25/2016 – Diretrizes e normas da Política de Assistência Estudantil	Sim	Título III – Dos programas universais. Art. 82 caberá desenvolver ações para todos os estudantes regularmente matriculados através de projetos que atendam aos critérios de cada programa proposto nestas normas.
IFBaiano	Resolução nº 01/2019 – Institui a Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 15, incisos VII e VIII, VII - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde – PRO-SAÚDE e Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico – PROAP, respectivamente.
IFC	Resolução nº 5/2019 – Programa de Auxílios Estudantis	Não	Prevê apenas auxílios financeiros.

Quadro 2 – Atendimento Universal nos Regulamentos de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (continuação)

Instituto Federal	Regulamento da AE	Sim/ Não	Identificador da Previsão de Atendimento Universal pela Norma
IFCE	Resolução nº 24/2015 – Política de Assistência Estudantil; e Resolução nº 14/2019 – Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis	Sim	Art. 14. Desenvolver-se-ão programas de caráter universal e específico, com vistas a atender amplamente ao público-alvo com perfil previsto na descrição do programa.
Iffar	Resolução nº 12/2012 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 6º, incisos III e IV – Apoio didático-pedagógico e atenção à saúde, respectivamente.
IFFluminense	Resolução nº 39/2016 – Programa de Assistência Estudantil	Não	Prevê apenas auxílios financeiros e bolsas.
IFG	Resolução nº 08/2016 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 7º, incisos VIII e IX – Programa de atenção à saúde e programa apoio psicossocial, respectivamente.
IFGoiano	Resolução nº 43/2016 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 10, incisos VIII, IX, X, XII e XIV – Núcleo de acessibilidade, atenção à saúde, acompanhamento psicopedagógico, formação para a cidadania e educação para a diversidade
Ifma	Resolução nº 64/2014 – Regulamento da Política de Assistência ao Educando	Sim	Capítulo VII – Dos programas universais
IFMG	Resolução nº 09/2020 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Capítulo V, Seção I – Dos programas de caráter universal
IFMS	Resolução nº 001/2018 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 12, inciso V - Programa de acompanhamento pedagógico, psicossocial e de saúde.
IFMT	Resolução nº 94/2017 – Política de Assistência Estudantil e Resolução nº 95/2017 – Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 16, inciso I – Programa universal e Art. 9º, inciso I – Programa de atendimento universal.
IFNMG	Regulamento da Assistência Estudantil – Aprovado em 2017, revisado em 2019	Sim	Art. 4º, inciso VI, VIII, IX, XIII, XV – Programa de educação para a cidadania, atenção à saúde, apoio psicológico, Renovar, incentivo à formação para a cidadania.
IFPA	Resolução nº 07/2020 – Regulamenta a Política de Assistência Estudantil	Não	Prevê apenas auxílios financeiros.
IFPB	Resolução nº 16/2018 – Convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 6º, incisos IV, VIII e IX - Programa de Atenção e Promoção à Saúde, Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer e Programa de Apoio Pedagógico
IFPE	Proposta da Política de Assistência Estudantil (2012)	Sim	Item 7.3.1 – Programa de acompanhamento biopsicossocial.
IFPI	Resolução nº 14/2014 – alterada pelas Resoluções nº 31/2014 e nº 27/2016 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Capítulo V, Seção I – Dos programas universais.

Quadro 2 – Atendimento Universal nos Regulamentos de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (conclusão)

Instituto Federal	Regulamento da AE	Sim/Não	Identificador da Previsão de Atendimento Universal pela Norma
IFPR	Resolução nº 11/2009 – Política de Apoio Estudantil	Não	Prevê apenas auxílios financeiros.
Ifro	Resolução nº 23/2018 – Regulamenta os programas de AE; Resolução nº 26/2018 – Política de Acesso, Permanência e Êxito	Sim	Item 9.1.1, inciso I – atendimento universal aos estudantes. Título II, Capítulo I – Do atendimento universal.
IFRR	Resolução nº 486/2020 – Regulamento da Política de Assuntos Estudantis	Sim	Art. 2, § 5º - A Atenção e Promoção à saúde é de atendimento universal destinado a todos os estudantes regularmente matriculados independente de dotação orçamentária da AE.
IFRS	Resolução nº 86/2013 – Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 5º, inciso II, alínea e – atenção à saúde; inciso III - acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter psicológico, pedagógico e social, numa perspectiva interdisciplinar.
IFSC	Resolução nº 01/2010, republicada em 2014 – Regulamenta a Assistência Estudantil	Sim	Art. 5º, inciso I – atendimento universal aos estudantes.
IFSul	Resolução n. 56/2015 – Regulamento da Política de Assistência Estudantil	Sim	Art. 30, inciso V – acompanhamento biopsicossocial-pedagógico;
IFSul de Minas	Resolução nº 38/2020 – Política de assistência estudantil	Sim	Item 11.1, 11.2 e 11.3 – Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico; Programa de Assistência à Saúde e Programa de Educação Alimentar e Nutricional, respectivamente.
IFTO	Resolução nº 24/2020 – Política de Assistência Estudantil	Não	Capítulo XV – Das ações do eixo universal. Apesar dessa prerrogativa, essas dependem de subsídios financeiros para atender as atividades vinculadas às áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assuntos Estudantis.
IFRN			Não localizamos um regulamento para a política de forma geral, apenas regulamentos dos auxílios.
IF Sertão de Pernambuco	Resolução nº 46/2015 - Política de Assistência Estudantil	Sim	Item 7. Programas universais. Visam atender a todos os estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No processo de construção da Política de Assistência Estudantil no Brasil, as discussões se constituíram fundamentadas em bases distintas, a depender do lugar/posição a partir do qual se era discutido, o que favoreceu a proposição de concepções diversas, havendo uma disputa de perspectivas em torno do que seria considerada uma AE ideal (DUTRA; SANTOS, 2017). Para as autoras,

[...] uma política de AE não deve limitar-se à elaboração e execução de mecanismos destinados apenas à população de baixa renda, mas deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal. Entretanto, no cenário atual, não tem sido possível atender a demanda de forma

universalizante, nem mesmo para aqueles ditos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 165-166).

A afirmativa retrata as dificuldades para efetivação da assistência estudantil numa perspectiva universal frente à elevada demanda da comunidade acadêmica pelos serviços (dentre eles as bolsas e auxílios) e o quantitativo ínfimo de profissionais para atendimento. Prada e Surdine (2018) afirmam que apesar da importância da regulamentação dos programas, observa-se a priorização dos seletivos em detrimento dos universais, visto que faltam condições materiais para sua efetivação nas instituições.

Para as autoras, “a forma como está regulamentado o Pnaes promove uma disputa em torno da quantidade de recursos destinados aos programas universais e seletivos, e o que prevalece é a focalização, seletividade e residualidade” (PRADA; SURDINE, 2018, p. 285), mesmo os programas seletivos não atendem a todos os estudantes, público prioritário do Pnaes, menos ainda os programas considerados universais conseguem atender e garantir a participação de todos os estudantes.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência estudantil nasce com cunho focalizado para atender principalmente as demandas dos discentes com dificuldades financeiras em permanecer no curso. Por outro lado, as profissões analisadas iniciam na educação com objetivos universalistas relacionados às demandas pessoais, familiares, sociais, de saúde, dentre outras. Serão esses fatores contribuintes para a disputa de concepções da AE? Talvez a intersecção dessas demandas seja o desafio, principalmente, por haver poucos profissionais e baixos incentivos financeiros e políticos para atender a todas elas, principalmente no contexto de reduções orçamentárias e de restrição de direitos vividos no país nos últimos anos.

São muitas as dificuldades para implementação do Programa de Assistência Estudantil numa perspectiva universalizante. Há demandas da comunidade acadêmica que requerem ações preventivas e pontuais que exigem um corpo técnico qualificado e em quantidade suficiente para que esse atendimento não ocorra em detrimento à saúde física e psicológica dos profissionais.

Importante salientar que mesmo que esses profissionais tenham atribuições de suma importância no processo educacional formal numa perspectiva de formação

cidadã, que podem contribuir para o encaminhamento e minimização de questões de cunho econômico, pessoal, familiar, social e pedagógico, não se deve atribuir apenas a eles a responsabilidade de garantir a permanência e bom desempenho dos estudantes, tendo em vista que essas questões dependem de uma série de fatores que inclui o próprio estudante, a família, os docentes, o currículo, a gestão institucional, demais membros da escola e outros fatores externos à instituição.

Ademais, a atuação na perspectiva universal legitima aos profissionais da Assistência Estudantil sua identidade educadora e precisa ser incorporada pelo profissional de tal modo que seja igualmente percebida pela comunidade acadêmica (estudantes e servidores). Só assim, cada profissional, seja psicólogo, assistente social, pedagogo, técnico em assuntos educacionais ou nutricionista, deixará de ser um técnico em suas profissões específicas e passarão a se portar como efetivos educadores, identidade equivocadamente associada exclusivamente a docentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF: Andifes, 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Caderno Temático III - A demanda potencial e o público-alvo da assistência Estudantil**. Brasília, DF: Andifes, 2021.

BARROS, Marilisa B.A.; LIMA, Margareth G.; MALTA, Déborah C.; et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-12, 2020.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº. 3145-A**, de abril de 2008. Dispõe sobre a contratação de assistentes sociais. Brasília, DF: Câmara dos deputados, [2008b].

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, [2010].

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Aba 1.4 Situação de matrícula. Brasília, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html> Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Aba Acesso à Informação. Brasília, 2021. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f> Acesso em: 15 jan. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília – DF, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Brasília – DF, 1992. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/leis-e-normas/> Acesso em: 4 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília – DF, 2012.

DIAS, Érika. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 565-573, jul./set. 2021.

DUTRA, Natália G.R.; SANTOS, Maria F.S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FONSECA, João J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

LINKOWSKI, Juliete A.S. **A Atuação do Técnico Em Assuntos Educacionais e a Proximidade com a Função do Pedagogo**: possibilidades de uma integração. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis/SC, 2019.

PEDUZZI, Marina; NORMAN, Ian J.; GERMANI, Ana Cláudia G., *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista Escola de Enfermagem USP**, v. 47, n. 4, p. 977-983, 2013.

PIANA, Maria C. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia C.C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 43, jul./dez. 2018, p. 268-289.

REIS, Cacilda F. O trabalho do assistente social na educação Profissional e tecnológica: um olhar a partir da experiência no IFBA - campus barreiras. *In*: FÉRRIZ, A. P.; DAMASCENO, H. J. **O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia**. Aracaju: Criação, 2018. p. 119-140.

SOARES, Priscila S.; AMARAL, Cledir A. A Assistência Estudantil no Processo Educacional: Possibilidades de Atuação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, S/N, 2022.

TAUFICK, Ana Luiza O. L. Análise da política de assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **RBPAE**, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 1, p. 181-201, jan./abr. 2014.

YANNOULAS, Silvia C.; GIROLAMI, Mónica. Equipos multiprofesionales-multidisciplinares en el ámbito educativo – legislación comparada y regulación de políticas educacionales en Argentina y Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 89-111, set. 2017.

4 ARTIGO III – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE: UMA IDENTIDADE PARA ALÉM DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS

RESUMO

A Assistência Estudantil (AE) possui duas concepções, uma de caráter seletista, pautada em ações estritamente de cunho financeiro, e outra de perspectiva universalizante, orientada por ações além dos auxílios financeiros. No Brasil, historicamente tem predominado a perspectiva distributiva de auxílios na AE, embora nos últimos anos têm-se discutido a ampliação desse atendimento. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é caracterizar a identidade da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre (Ifac). Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória de natureza aplicada e abordagem qualitativa, tendo a pesquisa-ação como método de procedimento e dados coletados por meio de entrevistas do tipo convencional e do modo grupo focal que foram tratados por meio da análise de conteúdo com foco na identidade profissional. Destacam-se os seguintes resultados: na identidade para o outro, a política assistencialista e formação de um cidadão; na identidade para si, as características que se relacionam com o ambiente profissional, dentre elas o interesse em fazer mestrado, gostar de ouvir, estudar e organizar as coisas; na identidade relacional de si a maioria se identifica com a formação e com a função exercida no Ifac. Quanto à contribuição direta da atuação no setor com a missão, visão e valores institucionais a maioria teve dificuldades em identificar. Autonomia, multidisciplinar, equipe reduzida e dedicação podem ser consideradas características da Assistência Estudantil do Ifac. Todos esses elementos coadunam com a identidade profissional desse setor que está voltada principalmente à perspectiva universalizante, os profissionais se compreendem educadores mesmo não sendo docentes e suas ações podem contribuir com a formação integral. Apesar de predominar essa identidade não há o seu reconhecimento amplo possivelmente pelas dificuldades em executar essas ações e não divulgar as executadas.

Palavras-chave: Identidade profissional. Educador. Universalizante.

4.1 INTRODUÇÃO

O conceito de identidade envolve características que distinguem o caráter de uma pessoa ou de um determinado grupo, resultado de múltiplas interações que o indivíduo mantém com o meio social em que está inserido. O processo de construção de uma identidade não é estável, nem linear, e sim uma construção complexa e dinâmica (FIALHO, 2017).

As identidades são desenvolvidas durante a vida e não é um atributo fixo para uma pessoa, mas sim um fenômeno relacional, ou seja, é um processo evolutivo e ocorre nas relações entre os sujeitos por meio da interpretação de si como pessoa dentro de um determinado contexto (MARCELO, 2009). Nesse sentido, as redes de

sociabilidade e relações de poder, as vivências e o desempenho de papéis sociais em diversos contextos, principalmente no das relações laborais, constroem as identidades profissionais (sociais) (FIALHO, 2017).

Uma parte importante da identidade profissional se constrói pela experiência, ou seja, no exercício da prática profissional em interação permanente com outros profissionais e moldado na diversidade de acordos e desacordos entre a identidade proposta/imposta pelo outro e a identidade interiorizada pelo indivíduo (SANTOS, 2005). Para Dubar (2005), o acesso a uma linguagem técnica comum permite compreender as pessoas com as quais trabalhamos e compartilhar um conjunto de valores.

Nesse contexto, Dubar (2005) relaciona quatro tipologias de identidade profissional: a identidade de executor 'estável' ameaçada; a identidade bloqueada; a identidade de responsável em promoção interna e a identidade autônoma e incerta. Ele as caracteriza a partir dos seguintes aspectos: identidade para o outro, identidade 'biográfica' para si, identidade 'relacional' para si e configuração identitária e geração.

Apesar do postulado de Dubar se relacionar às questões identitárias nas indústrias no século XX, sua teoria pode subsidiar análises em outros contextos, como por exemplo, a identidade de um setor como a Assistência Estudantil, na qual, segundo Dutra e Santos (2017), destacam-se duas concepções. Tem-se a perspectiva seletista, que considera exclusivamente as questões econômicas e atua predominantemente com auxílios financeiros, e a universalizante, que desenvolve ações que visam o atendimento às questões econômicas, familiares, pedagógicas, psicológicas, dentre outras, concepções estas que podem desenhar a identidade profissional (coletiva) das unidades que executam a política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é uma política inicialmente voltada para as instituições de ensino superior, mas que passou também a fazer parte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, em seu regulamento nacional, norteia ações nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O Instituto Federal do Acre (Ifac) como parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem como pressupostos epistemológicos a formação integral dos estudantes pautado no conceito de omnilateralidade (RAMOS,

2014), enseja que os setores que compõem a instituição devem contribuir com essa formação.

A partir de inquietações concernentes ao trabalho desempenhado pelas equipes de AE no Ifac buscou-se caracterizar a identidade da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre a partir da identidade profissional dos servidores que a compõem.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de natureza aplicada, abordagem qualitativa com objetivos de caráter descritivo e exploratório com base em Gerhardt e Silveira (2009) e Gil (2002), realizado nos meses de fevereiro a abril de 2021 com as equipes técnicas da Assistência Estudantil no Ifac e envolveu os diretores de ensino, pesquisa e extensão dos *campi* que estão distribuídos nas cinco regionais do estado do Acre.

Como procedimento, adotamos a pesquisa-ação pautada em Thiollent (1986), que sugere quatro fases cíclicas para a pesquisa: exploratória, planejamento, aplicação e avaliação.

4.2.1 Fase Exploratória

Nessa fase realizamos uma consulta aos técnicos dos Núcleos de Assistência ao Estudante dos *campi* e da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil na reitoria, quanto aos principais problemas vivenciados e observados no processo de trabalho e se estavam dispostos a participar da pesquisa. Ao passo que com a confirmação seguimos à mesma.

4.2.2 Planejamento

Realizamos um seminário com os participantes para discutir o problema levantado por eles que acenou para o foco na identidade do setor e traçar um plano de ação.

Do total de 27 profissionais do setor, incluindo a pesquisadora, 16 participaram da pesquisa, sendo sete assistentes sociais, um assistente em administração, três psicólogos, dois pedagogos e quatro técnicos em assuntos educacionais que desenvolvem suas funções nos Núcleos de Assistência ao Estudante dos *campi* e na Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil da Reitoria,

ambos do Ifac. Dividimos os participantes em dois grupos de oito pessoas, a fim de tornar as discussões mais produtivas e propiciar a participação de todos, de acordo com Barbour (2009), definimos um cronograma e acordamos a realização de três encontros coletivos (grupos focais).

4.2.3 Aplicação

Consistiu em entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais. No período de 4 a 6 de março de 2021, entrevistamos dois servidores atuantes na assistência estudantil desde a sua implantação no Ifac, com objetivo de construir a história dessa política na instituição e promover a reflexão dos participantes, vez que de um lado os indivíduos de cada geração devem reconstruir suas identidades sociais "reais" a partir de alguns fatores, dentre eles, das identidades sociais herdadas da geração anterior (DUBAR, 2005).

Nas entrevistas, indagamos sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil, os desafios anteriores e os atuais, a perspectiva educativa no desenvolvimento do trabalho, fatos marcantes, principais barreiras para a criação e modificação dessa política.

Em seguida, realizamos entrevistas semiestruturadas com cada um dos seis diretores de ensino, pesquisa e extensão dos *campi* do Ifac, cuja duração média foi de 40 minutos, com objetivo de promover a reflexão e identificar suas percepções em relação às funções dos servidores da Assistência Estudantil.

Ao considerar que a chefia é muito importante para a condução dos processos de trabalho, analisamos como a identidade do setor é percebida externamente à equipe à luz da compreensão do gestor em relação à contribuição desse setor com o processo educacional, tendo em vista que a identidade individual é construída a partir do reconhecimento do outro.

Exploramos as seguintes temáticas: atuação da equipe de assistência estudantil; principais demandas encaminhadas ao setor e contribuições do setor para o processo educacional.

Quanto aos grupos focais com os profissionais das equipes da AE tiveram a duração máxima de duas horas cada. No primeiro grupo focal, discutimos as ações realizadas pela assistência estudantil, como poderiam ser desenvolvidas em uma perspectiva ideal e quais as possibilidades de efetivação.

O objetivo foi promover a reflexão sobre as ações desenvolvidas pelos profissionais da assistência estudantil, visto que um dos aspectos da pesquisa-ação é a tomada de consciência e que esse processo também é importante para iniciar o delineamento da identidade profissional dos membros da AE.

No segundo grupo focal, refletimos sobre a identidade individual e a identidade profissional, a missão, a visão e os valores do Ifac e como os participantes percebem o desempenho de suas funções nesses conceitos, com o intuito de identificar a relação dos mesmos com a formação acadêmica e com as funções desenvolvidas na instituição, fatores também importantes no processo de reconhecimento da identidade.

No terceiro grupo focal, a discussão centrou-se na relação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), da Política de Assistência Estudantil do Ifac com a formação integral e se as mesmas atendem às demandas do serviço e dos profissionais, a fim de promover a discussão e reflexão a respeito da assistência estudantil sob o aspecto educacional.

Utilizamos a técnica da análise de conteúdo temática categorial de Bardin (2016) para tratamento dos dados, cujo desenvolvimento se dá em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com foco no que os conteúdos poderão nos mostrar após serem tratados de acordo com os preceitos de Dubar (2005) com foco na atuação profissional. Os resultados foram apresentados divididos em cinco eixos temáticos:

- História, de 2010 a 2013 e a partir de 2014;
- Identidade biográfica para si, categoria interesses pessoais;
- Identidade para o outro, categoria atuação profissional;
- Identidade relacional para si, categorias identificação com a formação, identificação com a função exercida na instituição e identificação com os princípios administrativos institucionais;
- Identidade profissional, categoria atuação numa perspectiva educacional.

Os dois servidores que atuavam no momento de implantação da política estão identificados por E1 e E2. Os participantes (P) estão identificados com número de 1 a 16. Em relação aos diretores, utilizamos a letra D mais um número de 1 a 6.

4.2.4 Avaliação

Após os três grupos focais, realizamos o segundo seminário com todos os participantes para debater e refletir sobre os resultados das entrevistas e grupos focais e a proposta do artefato cujo objetivo apresentaria o processo vivenciado (produto educacional). A validação em primeira instância (com os participantes) consistiu em verificar se os resultados representavam a realidade e se o artefato cumpre o objetivo de representar o processo.

Todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em versão *online*, e as entrevistas, os seminários e os grupos focais foram realizados de maneira remota pela plataforma *Google Meet* em virtude do distanciamento social preconizado pelas autoridades sanitárias ante a pandemia de Covid-19.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de caracterizar a identidade profissional do setor da Assistência Estudantil no Ifac, apresentamos os resultados do processo investigativo e discussões organizados nas seguintes subseções: breve história da Assistência Estudantil no Ifac; identidade para o outro; identidade biográfica para si, identidade relacional para si e identidade profissional.

4.3.1 Breve História da Assistência Estudantil no Ifac

O projeto de instalação de uma unidade federal de ensino profissional no Acre iniciou em novembro de 2007, quando o Ministério da Educação designou ao Centro Federal de Educação do Amazonas (Cefet-AM) a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre. Em março de 2008, aconteceu a primeira audiência pública que indicou a criação dessa escola na capital e duas unidades avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul (IFAC, 2020).

Em dezembro de 2008, foi sancionada a lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e inclui o Instituto Federal do Acre como componente dessa Rede. No entanto, somente em 2010 iniciaram as primeiras atividades práticas na instituição. A Reitoria estava alocada em duas salas na Universidade Federal do Acre e iniciou os primeiros processos seletivos de alunos e

servidores. Vale destacar que entre 2009 e 2014, foram indicados cinco reitores *pró-tempore* (SILVA, 2021).

Quanto à Assistência Estudantil, iniciou como um setor pertencente à Pró-Reitoria de Ensino. No ano de 2011 foi elaborado o primeiro regulamento, Resolução nº 30, coordenado pela coordenadora de Inclusão e Assistência Estudantil na Pró-reitoria de Ensino (psicóloga) com a participação de três professores e duas assistentes sociais (um de cada *campus*). Esse regulamento já previa ações de cunho universalizante, como programas de assistência à saúde e programa de acompanhamento pedagógico.

Em junho de 2012, houve uma alteração nesse regulamento no que concerne aos programas, por meio da Resolução nº 13/2012, em que constava todo o rol de ações conforme o Decreto nº 7234/2010. Regulamentava a bolsa monitoria como programa de apoio pedagógico e fez uma nova classificação dos programas. Para essa reformulação não houve uma discussão ampla com os profissionais dos *campi*.

Nos anos de 2013, 2015 e 2018 foram realizadas novas reformulações. A Resolução nº 35 de 2018 – Consu/Ifac é a que está vigente nos dias atuais. O quadro 1 apresenta os resultados levantados relacionados à equipe multiprofissional e desenvolvimento dos serviços divididos entre 2010 a 2013 e a partir de 2014.

Quadro 1 – Atuação da Assistência Estudantil no Ifac

Grupo	De 2010 a 2013	A partir de 2014
Equipe multiprofissional	Empolgação maior no desempenho das funções	Algumas frustrações
	Indefinição das atribuições	Melhor definição de papéis
	Equipe com poucos profissionais	Equipe mais bem definida, contudo, ainda com deficits de profissionais
	Falta de reconhecimento pelos colegas	Aumento da credibilidade junto aos colegas de trabalho
	Maior facilidade de diálogo e integração entre as equipes	Dificuldades de integração com as equipes de outros setores
	Falta de autonomia profissional	Mais autonomia profissional
Desenvolvimento dos serviços	Rotatividade de gestores	Gestores eleitos e menos rotatividade nas gestões
	Grande volume de recursos financeiros	Diminuição dos recursos financeiros considerando o aumento do número de alunos e ações a serem desenvolvidas
	Maior caracterização de auxílios financeiros	Ainda muito caracterizado como setor de auxílios financeiros
	Pró-reitoria de Assistência Estudantil	Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na categoria equipe multiprofissional, destacamos antes de 2013 a indefinição das atribuições e a falta de autonomia profissional. “Nossa autonomia enquanto profissional, meio insignificante, [...] uma falta de estímulo pra fazer mesmo o que realmente a gente tava ali pra fazer” (E1).

A partir de 2014, “[...] o trabalho do núcleo de Assistência ao Estudante, o nosso setor, ele ficou sendo bem reconhecido e a gente ficou tendo assim muita autonomia no nosso trabalho” (P11).

Outra fala que representa a autonomia profissional em construção ao longo do tempo:

Acho que no início, a gente espera muito que a própria instituição diga o que a gente tem que fazer. E na verdade somos nós, como profissionais que atua na assistência estudantil, que tem que delimitar os nossos papéis. Dizer “nós estamos aqui pra fazer essa atividade, essa prática” sabe, eu vejo muito isso. Porque se a gente continuar sempre esperando que é a instituição que tem que abrir os olhos e ver o que é assistência estudantil, o que os profissionais ali dentro têm que fazer, a gente tá meio que numa ilusão. Totalmente numa ilusão. A gente tem que dizer “oh estamos aqui pra isso, estamos aqui pra desenvolver essas atividades” e conquistando espaços e delimitando os nossos papéis e é dentro desse ponto de vista que eu vejo a minha atuação na assistência estudantil assim a gente foi conquistando espaços né. Definindo a nossas práticas e isso tudo foi uma construção, foi um processo e que ainda está em processo e tem muita coisa ainda que a gente precisa conquistar? Tem. Têm muitas coisas que a gente precisa definir? Têm. Mas isso é muito da gente enquanto equipe né. Enquanto núcleos né, se juntar né e definir um pouco isso (*sic*) (P5).

A autonomia é a capacidade do sujeito orientar as suas ações, por si mesmo, e com independência. A expressão comumente se refere ao indivíduo, às instituições e à comunidade que têm o direito, mesmo relativo, de determinar suas próprias regras (SANT’ANA, 2009).

É uma condição que ocorre interna e externamente à consciência dos sujeitos. Para construir a autonomia é necessário o poder de determinar a própria lei (possuir a liberdade de poder idealizar, fantasiar, imaginar, decidir) e também a capacidade de realizar (capacidade de fazer). Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, ou seja, pensar e fazer autônomo. O fazer está restringido pelas leis naturais, civis, dentre outros, que conferem limitação à autonomia, não sendo, portanto, absoluta (ZATTI, 2007).

No trabalho interdisciplinar desenvolvido por uma equipe multiprofissional em que muitas das profissões possuem regulamentação própria, como é o caso das equipes dos Núcleos de Assistência ao Estudante do Ifac, certo grau de autonomia é fundamental (MELO *et al.*, 2016).

Quanto aos serviços, até o ano de 2013 havia rotatividade frequente de gestores. A partir de 2014, conforme completava cinco anos de atividade nas unidades, os gestores (reitor e diretores gerais) passaram a ser eleitos para mandatos de quatro anos.

A rotatividade de gestores refletia na descontinuidade dos serviços, conforme assevera um dos entrevistados

E o aspecto negativo é que ao mesmo tempo, a gestão oscilava muito, porque era um regime de indicação de pró-reitor, de reitor pro tempore, então tinha muitos conflitos políticos. Cada reitor que entra troca a sua equipe, então havia ao mesmo tempo uma descontinuidade nos trabalhos, né, porque cada chefe que chega ele quer implantar o seu sistema, sua visão de trabalho, e isso atrapalhava muito e era muito constante (E1).

O fator “grande volume de recurso” expressa pelos entrevistados pode ter desenhado a imagem de setor do dinheiro à assistência estudantil naquele momento de implantação.

[...] o auxílio né, a bolsa que a gente chama [...] era de 300 reais. Então assim, foi a partir desse momento que eu acho que a gente virou o setor de dar dinheiro. O “show do milhão” era ali na nossa sala (E1).

As verbas que vinham para a instituição não estava vinculada à quantidade de alunos, por estar em processo de expansão na política do governo Federal, então era independente se tinha ou não muito aluno. Então é como se tivesse muito dinheiro para essa política, naquele momento, e aí o foco maior acabava sendo um discurso de permanência através de bolsas né, e aí se discutia muito os editais de permanência, é... e acho que essa foi, digamos assim, o carro-chefe ou o grande gargalo, ao mesmo tempo, da política né (E2).

E foi aí que começou a ficar muito complicada a forma de se trabalhar, porque a gente, talvez tenha sido nesse “boom” e nessa virada de maior expressividade de aporte financeiro pra assistência estudantil que a gente tenha se tornado esse setor com essa característica de auxílio financeiro pra aluno, porque a gente só passou a fazer isso depois dessa questão dos recursos nesse momento (E1).

Por outro lado, com base nos dados obtidos nos relatórios de gestão (2010 a 2021), plataforma Nilo Peçanha (2019 a 2022) e Leis Orçamentárias Anual (2010 a 2019) podemos identificar que os fatos não correspondem com a narração, uma vez que identificamos que há um aumento do valor a partir de 2012 e nos demais anos se manteve relativamente estável, oscilando entre R\$ 400 e R\$ 600 reais por aluno (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação orçamento de Assistência Estudantil por aluno matriculado no Ifac (2010 a 2021)

Ano	Qtd de alunos	Recurso para AE	Valor por aluno
2010	310	R\$ 20.000	R\$ 64,52
2011	1191	R\$ 60.000	R\$ 50,38
2012	2728	R\$ 670.680	R\$ 245,85
2013	3653	R\$ 1.522.700	R\$ 416,83
2014	4785	R\$ 1.660.296	R\$ 346,98
2015	4613	R\$ 2.005.484	R\$ 434,75
2016	4616	R\$ 2.789.384	R\$ 604,29
2017	6687	R\$ 3.058.294	R\$ 457,35
2018	5155	R\$ 2.812.247	R\$ 545,54
2019	6377	R\$ 3.457.934	R\$ 542,25
2020	5379	R\$ 3.342.316	R\$ 621,36
2021	5925	R\$ 3.232.105	R\$ 545,50

Fonte: IFAC (2010-2021); Plataforma Nilo Peçanha (2019-2022); BRASIL (2010-2019).

O discurso dos profissionais atuantes no período de implantação pode ter ligação com o fato de, conforme relatos, haver muito recurso para expansão da instituição o que pode ter refletido também na imagem da Assistência Estudantil.

Ademais, tanto o Pnaes, quanto o início das atividades no Ifac, datam do ano 2010, ou seja, os profissionais estavam se ambientando em como trabalhar com esse programa e como administrar os recursos disponibilizados. Importante destacar que apesar de haver recurso previsto para o ano de 2010, os primeiros auxílios financeiros foram executados em 2011 após a publicação da Resolução Ifac nº 30.

Trazendo essas discussões para o conceito de identidade observamos nos registros da história processos de ruptura e de continuidade com a identidade herdada. Em relação à ruptura destacamos a “autonomia profissional” e a “indefinição das atribuições”. As unidades “rotatividade de gestores”, “poucos profissionais” e “caracterização do setor como auxílios financeiros” que serão discutidas nos próximos tópicos, remetem ao processo de continuidade com a herança identitária.

4.3.2 Identidade para o outro

A identidade para o outro está intrinsecamente relacionada à identidade para si, visto que a identidade de si se define também a partir da aceitação ou negação de como o outro vê, denominado atos de atribuição (DUBAR, 2005).

Importante salientar que dos diretores entrevistados, quatro estavam na função há no máximo um ano e somente dois estavam há mais de três anos, o que pode repercutir na forma como avaliam e se expressam em relação à política. Por outro lado, apesar do pouco tempo na função, todos são docentes na instituição há

mais de quatro anos. Da data da entrevista até a análise, três *campi* passaram por mudanças na direção de ensino, acenando continuidade na oscilação das gestões nomeadas por indicação.

Na categoria atuação profissional, levantamos os seguintes registros: “ações para alunos de baixa renda”, “editais”, “autonomia”, “amparo psicossocial”, “atendimentos psicológicos”, “mediador de casos de indisciplina”, “formação de um cidadão”, “ pilar de sustentação educativo”, “política assistencialista”, “papel fundamental na permanência e êxito”, “dedicação”, “multitarefa”, “equipe reduzida” e “multiprofissional”.

Destacamos duas percepções dos gestores que são as “ações para alunos de baixa renda” e “política assistencialista”, apresentando o caráter seletista; e “pilar de sustentação educativo” e “formação de um cidadão”, que acenam ao caráter universalizante.

A política atualmente, eu vejo como muito assistencialista! E inclusive essa visão que acaba transparecendo para todos, não todos, mas talvez para a maioria dos nossos discentes, e até mesmo para alguns servidores, que não conhecem com profundidade os trabalhos que são desenvolvidos pelo Núcleo de Assistência ao Estudante (D6).

Eu acho que assistência estudantil é extremamente importante! Porque nós temos uma gama de alunos de baixa renda mesmo! [...] São pessoas que essa ajuda talvez seja a única fonte de renda que essas famílias tenham. A gente vê no rostinho deles, na carinha deles, o quanto que essa ajuda é importante (D1).

A gente tem algumas ações que são encabeçadas pelo Naes dentro da programação do calendário institucional, envolvendo temas que estão dentro do PPC, mas não no perfil do egresso, do ponto de vista profissionalizante, mas tratando de temas humanitários, da formação de um cidadão em geral. Então a gente trabalha desde as questões que envolvem prevenção a maternidade e paternidade precoce, ações que normalmente acabam lidando com esse amparo psíquico-social do estudante, auxiliando eles (*sic*) a organizar os seus...a sua agenda de estudos, com orientações. (D3).

Acreditamos que mesmo as ações distributivas de auxílio financeiros, consideradas preliminarmente como de cunho seletista, podem contribuir com a formação cidadã a depender da maneira como seja abordada o que fica evidente na fala dos participantes.

Eu acho que as duas são importantes né, tanto a gente dá o recurso para o aluno [...] quanto esse preparo que o aluno deveria ter recebido (P9).

Quando a gente orienta um aluno, quando a gente fala pra ele tá faltando um documento no edital, quando a gente inclusive indefere uma inscrição. O que a gente tá fazendo com que aquele aluno preste atenção, dê uma atenção a mais na hora de juntar documento, na hora de tá fazendo processo de

inscrição dele, porque fora do Ifac a gente vive isso na nossa vida. É documento que faltou, a gente tá fora. Então a gente vem construindo ao longo desse tempo né uma cultura de enquanto cidadão mesmo, enquanto o espaço pra ele se posicionar de vir até a gente, colocar e de buscar mesmo essas instâncias dentro da instituição pra que ele possa acessar os seus direitos, então eu acho que a gente contribui de forma significativa pra essa formação cidadã (P2).

Nesse sentido, as ações segundo as concepções seletista e universalizante não necessariamente devem ser consideradas antagônicas. A perspectiva universalizante, por visar atender o indivíduo em todos os aspectos, não exclui os auxílios financeiros que também representam um fator importante para permanência e êxito dos estudantes economicamente vulneráveis. Podemos ainda destacar o caráter educativo das orientações concernentes aos processos seletivos para recebimento dos auxílios financeiros ou bolsas, bem como a possibilidade formadora que se pode estabelecer no acompanhamento multiprofissional dos estudantes beneficiados por esses auxílios.

Por outro lado, a perspectiva universalizante abarca inúmeras demandas dos estudantes e se torna uma tarefa bastante desafiadora para o quantitativo de profissionais que atua na Assistência Estudantil. Há *campus* que dispõe de apenas um profissional no setor, ou seja, não há a composição da equipe mínima.

Sobre essa problemática destacamos as afirmações de diretores: “É claro que muitas vezes eles acabam se sobrecarregando por causa do quantitativo, a equipe aqui é muito reduzida” (D6). “Precisa ampliar a quantidade de membros da equipe, principalmente psicólogo. Dão o sangue para o setor funcionar” (D2).

Os participantes reforçaram essas afirmações: “[...] a gente tá inclusive com a equipe reduzida, mas graças a Deus tá dando conta, as vezes é sufocante” (P15); “[...] a necessidade de a gente ter uma equipe mais encorpada. Metade das nossas equipes estão desfalcadas” (P13). “É uma demanda muito grande, pra equipe muito pequena” (P10). Prada e Surdine (2018) contribuem com essa discussão e afirmam que há uma priorização dos programas seletivos em detrimento dos universais pela falta de condições materiais para sua efetivação nas instituições.

Em estudo anterior reportamos que apesar de não haver normativa sobre o quantitativo adequado de profissionais para compor a Assistência Estudantil, as demandas concernentes ao atendimento na perspectiva universalizante, dentre elas, questões de cunho familiar, social, psicológicas, econômicas e pedagógicas (violência sexual, física e psicológica, maternidade ou paternidade, discriminação e

preconceitos, problemas de saúde, dificuldade de aprendizagem, relacionamento familiar, dificuldades financeiras, problemas emocionais) requerem uma equipe mais encorpada e composta minimamente pelos profissionais elencados nas políticas institucionais, no caso do Ifac, assistente social, psicólogo, pedagogo e/ou técnico em assuntos educacionais (SOARES; AMARAL, prelo).

Além das atribuições específicas dos profissionais de psicologia, serviço social, pedagogia e licenciatura nesse contexto, a atuação enquanto equipe tende a fortalecer o trabalho desenvolvido, visto que se fundamenta no caráter dialético da realidade social e nos impõe a distinguir os limites dos sujeitos que investigam e do objeto pesquisado. Mesmo que haja a necessidade de delimitar determinado problema deve-se considerar as múltiplas determinações que o constituem, para o que é fundamental o trabalho de uma equipe multiprofissional (FRIGOTTO, 2008).

A fala do diretor 6 sobre a equipe multidisciplinar reforça a importância dessa composição de maneira adequada para o atendimento às demandas da comunidade acadêmica. O mesmo ressaltou como pontos positivos a equipe multidisciplinar, que possibilita diferentes formas de abordagem no trabalho a partir das necessidades apresentadas pelos estudantes. Observamos que para os diretores as ações concernentes ao apoio, de maneira geral, no processo educacional são características marcantes da assistência estudantil.

4.3.3 Identidade biográfica para si

A identidade biográfica para si é fruto das vivências desde as primeiras socializações com a família e outras instituições sociais. É o que o indivíduo absorve sobre si mesmo a partir de atos de pertencimento com o meio em que vive, numa transação subjetiva entre as identidades herdadas e visadas (DUBAR, 2005).

Na categoria interesses pessoais, foram levantadas as seguintes unidades de registro: “relacionar com outras pessoas”, “cozinhar”, “viajar”, “estudar”, “organizar”, “mestrado”, “escrever”, “estar em ambiente rural”, “praticar atividades físicas”, “ouvir” e “assistir filmes e séries”.

O interesse em fazer mestrado remete à qualificação para o trabalho e foi verificado nas falas dos participantes 10, 11, 14 e 15. “Eu pretendo melhorar mais, um dia quando der certo no mestrado, pra poder melhorar questão tanto do profissional quanto de conhecimento também” (P11).

Nesse aspecto, Dubar (2005, p. 291) destaca que “querer compreender, saber mais, perguntar, documentar-se constituem expressões de seu ato de pertencimento à empresa”. Dias (2021) complementa a ideia e afirma que no século XXI os indivíduos querem sempre produzir mais e melhor em virtude da cobrança social de autossuperação, desempenho e inovação.

Ou seja, o anseio por aprimoramento da qualificação profissional tem relação com as necessidades pessoais de responder a demandas impostas socialmente e ao mesmo tempo profissionais em virtude do pertencimento à instituição.

Gostar de ouvir, estudar e organizar são unidades de registro que também podem ser estendidos à profissão, tendo em vista que de acordo com Fialho (2017), Santos (2005) e Dubar (2005) as identidades individuais e profissionais estão interconectadas. Nesse aspecto, o participante 6 afirmou “eu tô na profissão certa porque eu gosto de ouvir, eu gosto muito de saber como é que o outro tá”.

Já o participante 4 afirma que “[...] uma coisa que eu gosto e serve tanto para minha vida profissional como para minha vida pessoal, eu gosto de organizar as coisas [...] eu gosto de colocar o que a gente já faz no papel” (P4).

Na unidade viajar, há evidente demonstração de frustração com sua atividade profissional quando expressa o desejo de “ganhar a vida” com viagens. “Eu gosto de viajar, se pudesse viver disso, viveria, mas infelizmente não é minha realidade” (P1). Nesse aspecto Dubar (2012) afirma que muitas pessoas não veem o trabalho que desenvolvem como uma boa definição de si mesmos e creditam a “verdadeira vida” às atividades ou relações (familiar, amorosa, religiosa, lazer) fora do trabalho remunerado.

4.3.4 Identidade relacional de si

A identidade relacional de si ocorre a partir de atos de atribuição pelo outro (que tipo de pessoa dizem o indivíduo é) formando uma identidade social virtual. Essa identidade virtual passa por uma transação objetiva que pode acarretar uma cooperação, em que o indivíduo reconhece a identidade atribuída (tornando-se identidade real, ou seja, passa a constituir a identidade biográfica para si) ou conflito, no qual o sujeito não reconhece essa identidade (DUBAR, 2005).

A formação e a função exercida no ambiente profissional estão diretamente relacionadas com essa identidade. Nesse sentido, na categoria identificação com a formação, 13 participantes afirmaram que realmente queriam exercer a graduação

escolhida. Quanto à função exercida na instituição, a maioria se identifica e dois pretendem mudar de função “[...] com certeza eu pretendo ainda buscar outros caminhos na área que eu estou me formando agora” (P1).

Dubar (2005) destaca que o aumento de um desemprego estrutural colocou o problema do emprego em evidência e atribui como principal questão compreender e, se possível, explicar as transformações do acesso ao emprego e as reestruturações dos planos de carreira que provocam exclusões de atividades reconhecidas. Dessa forma, atuar na área de formação com a qual se identifica pode ser considerado um privilégio na sociedade atual na qual há muita concorrência para espaços de trabalho e muitos profissionais se veem obrigados a desenvolver atividades estranhas à sua formação ou aderir a subempregos.

Essa atuação concatenada com a identificação com a missão, visão e valores da instituição reforçam a identidade do setor alinhada à institucional. Fernandes e Zanelli (2006, p. 57) afirmam que

Ao ingressar em uma organização, indivíduos com características diversas se unem para atuar dentro de um mesmo sistema sociocultural na busca de objetivos determinados. Essa união provoca um compartilhamento de crenças, valores, hábitos, entre outros, que irão orientar suas ações dentro de um contexto preexistente, definindo assim as suas identidades.

No Ifac, essas crenças e valores que norteiam as ações podem ser visualizadas conforme segue: a) missão: promover a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, garantindo ações voltadas à formação cidadã no Estado do Acre; b) visão: ser referência local e regional em educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável; c) valores: ética e profissionalismo, equidade e inclusão, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, e empreendedorismo e inovação (IFAC, 2020).

Em relação à identificação com a missão, visão e valores, a maioria dos participantes teve dificuldade em expressar sua contribuição “individual” (enquanto profissional do setor de Assistência Estudantil) para o alcance desses princípios e a discussão ficou predominantemente em volta das ações macro a nível institucional.

Nós todos somos o Ifac. Enquanto assistência estudantil, [...] eu me vejo inserida no contexto coletivo. Individualmente, dificilmente a gente vai conseguir promover alguma ação que pelo menos arranhe essa proposta em um contexto. Porque olha só quão mega isso é, ser referência local e regional. Individualmente na assistência estudantil ou individualmente enquanto profissional da assistência estudantil, eu posso até promover uma ou outra, alcançar essa visão, alcançar essa missão individual, se a gente não

trabalhar coletivamente vai ser realmente difícil. Então assim acredito que assistência estudantil, ela tá no contexto do Ifac, a gente pode colaborar coletivamente (P10).

Por outro lado, um participante destacou ações realizadas que podem contribuir com o alcance da missão do Ifac:

[...] acredito que a nossa participação com eles é através da formação cidadã, com as nossas intervenções de encaminhamento, com os nossos projetos articulados dentro do campus, com as atividades que a gente exerce com os nossos alunos, com os nossos encaminhamentos para rede de atendimento, com as parcerias de empresas que a gente as vezes consegue fazer, que a gente consegue encaminhar um aluno (P11).

A articulação entre formação, trabalho e carreira que ocorre pela socialização constrói as identidades no âmbito de instituições. Considerando a centralidade do trabalho na vida das pessoas e, conseqüentemente, em suas formas identitárias, essas identidades promovem o engajamento e o reconhecimento de seus membros como profissionais (ROSSI; HUNGER, 2020).

Observamos que a identidade para o outro (diretores de ensino) e a identidade relacional para si (dos profissionais da AE) se coadunam com uma identidade além dos auxílios financeiros e demonstram que a identidade para o outro está reforçando a identidade para si. Exemplo são as características autonomia, multidisciplinar, equipe reduzida e dedicação que foram destacadas tanto pelos gestores quanto pelos participantes.

4.3.5 Identidade social/profissional

Na categoria “atuação numa perspectiva educacional” foram levantados os seguintes registros: “orientações sobre o edital”, “orientações aos alunos, famílias e servidores”, “projetos sobre temas transversais”, “ensino de questões também para a vida”, “acolhimento”, “educador não só para o aluno”, “ações de pesquisa e extensão”, “pensar as políticas institucionais”, “trabalho intersetorial”, “bolsas”, “dificuldade de execução”.

Houve um participante que não se compreendia educador por atuar principalmente com as questões burocráticas. Entretanto, durante a explanação e autorreflexão, conseguiu identificar a relação da sua atuação com o processo educacional.

A categoria descrita levantou as ações que são realizadas numa perspectiva educacional, ou seja, que demonstra a atuação dos técnicos como educadores. Em

estudo anterior pontuamos que todos os profissionais que atuam no processo educacional formal devem ser considerados educadores e que esta deve ser a identidade a ser construída ou reforçada em tais instituições (SOARES; AMARAL, 2022).

A percepção de educador dos profissionais reforça a concepção universalizante da Assistência Estudantil no Ifac, pois requer uma perspectiva ampliada de atuação. Por outro lado, essa visão não é unânime, conforme identificamos em algumas unidades de registro, dentre elas a visão de “política assistencialista” destacada pelo diretor 6.

Essa percepção pode ter relação com o fato destacado pelo diretor 2 (suscitada também pelo participante 13) que é a necessidade de divulgar os serviços desenvolvidos além das bolsas.

[...] a divulgação do papel deles dentro da instituição. Às vezes só procuram o Naes quando tem algum edital publicado. [...] Agora tem que analisar se existe informação de qual é o papel do Naes, dentro desse processo, tirando os editais. Qual é o papel do Naes? Pra quê que serve o Naes? Dentro do Ifac. Eu acho que nós podemos melhorar nesse ponto, assim né, de divulgar as políticas da assistência estudantil, dentro da instituição, tanto para os alunos, como para os servidores porque às vezes o pessoal não sabe qual é o papel do Naes dentro do processo (D2).

Outra possível relação seja o surgimento da AE como aspecto financeiro através dos auxílios moradia e alimentação. A discussão sobre a assistencialização das políticas educacionais considera a lógica emergencial e imediatista dos programas de AE para atendimento das demandas estudantis em relação às suas necessidades de sobrevivência e remetem a semelhanças das características dessas ações com aquelas da Assistência Social (DUTRA; SANTOS, 2017).

Além disso, as autoras destacam que as discussões sobre AE no processo de construção foram fundamentadas em bases distintas, a depender da posição a partir da qual se era discutido o que contribuiu com a proposição de concepções diversas, numa disputa de perspectivas do que seria considerada uma AE ideal.

O fato de fazermos parte de uma estrutura organizacional, forma uma espécie de mentalidade coletiva/grupal, com a qual relativamente nos conformamos, assimilamos suas regras e normas de comportamento, e estabelecemos vínculos afetivos com as pessoas com as quais convivemos nesse ambiente (FIALHO, 2017).

Cada um de nós pode se definir de maneira distinta de uma determinada identificação pelo outro, entretanto, por ser um processo de construção social, altera-

se de acordo com as mudanças em relação às expectativas, valores e configurações identitárias ocorridas nos grupos de referência e de pertença a que nos associamos (FIALHO, 2017). Dubar (2005) sintetiza em quatro os processos identitários (Quadro 3).

Quadro 3 – Os quatro processos identitários típicos

Identidade para si	Identidade para o outro	Transação objetiva	
		Reconhecimento	Não-reconhecimento
Transação subjetiva	Continuidade	Promoção (interna) identidade de empresa	Bloqueio (interno) Identidade de ofício
	Ruptura	Recapacitação (externa) identidade de rede	Exclusão (externa) Identidade de fora do trabalho

Fonte: Dubar (2005, p. 326)

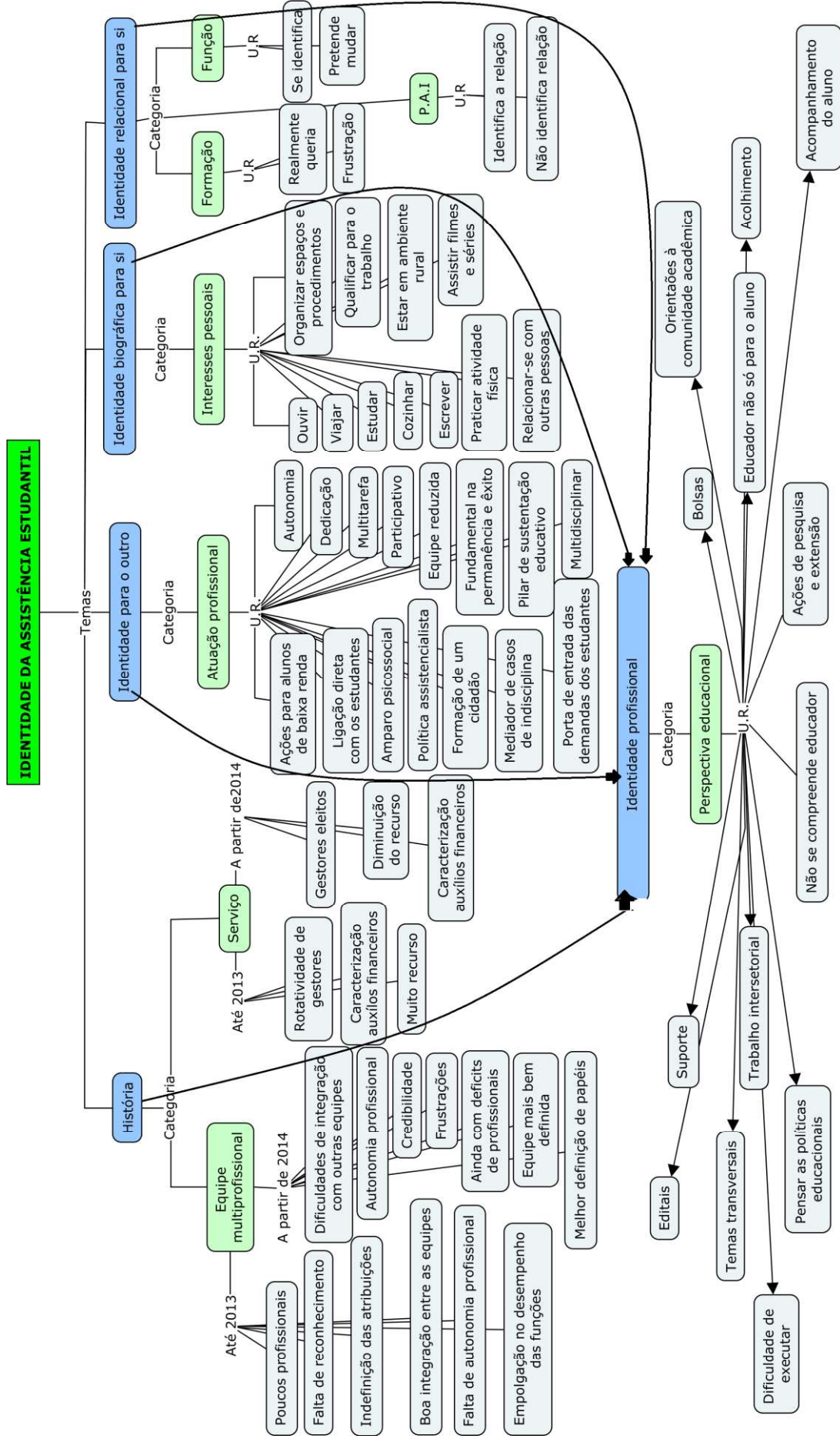
A transação subjetiva pode levar a uma continuidade da identidade herdada ou a uma ruptura, ou seja, entre a definição de si a partir da trajetória anterior e a projeção de si no futuro.

Quando ocorre a construção nos moldes da continuidade, as categorias são contínuas, sejam do tipo profissional ou organizacional. O molde de ruptura, por sua vez, implica mudança de espaço. “A identidade projetada pode ser supervalorizada ou desvalorizada em relação à identidade herdada, ela está em ruptura com esta última” (DUBAR, 2005, p. 324).

Quanto à transação objetiva, articulada com a subjetiva, pode levar a um reconhecimento social ou a um não-reconhecimento. No primeiro caso, há uma instituição que legitima a identidade visada pelo indivíduo. Quando a transação subjetiva se estabelece com base na ruptura, os dois resultados da transação objetiva são possíveis (DUBAR, 2005).

Dessa forma, a história, a identidade para si, para o outro e relacional para si constroem a identidade profissional, por isso, os resultados estão interrelacionados, conforme observamos no processo investigativo sobre a identidade do setor de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre, sintetizado a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Identidade da Assistência Estudantil do Instituto Federal do Acre



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na perspectiva abordada nessa pesquisa que é a universalizante, de acordo com os processos identitários aventados por Dubar (2005), verificamos na transação subjetiva características de continuidade com a identidade para o outro e para si e na transação objetiva características de reconhecimento, inferindo à identidade de responsável em promoção interna (ratificada nos aspectos identidade para si e identidade relacional para si). A expressão “nós somos o Ifac” utilizada por alguns participantes reafirmam essa identidade.

Entretanto, observamos que nenhum dos modelos apresentados pelo autor estaria adequado em todos os aspectos às características da identidade profissional (coletiva) da Assistência Estudantil do Ifac, pois ao considerarmos as áreas: mundo vívido do trabalho, trajetória socioprofissional, os movimentos de emprego e a relação dos assalariados com a formação e, em especial, a maneira como aprenderam o trabalho que realizam ou realizarão, os resultados se relacionam com diferentes identidades para cada área.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os processos identitários apresentados verificamos continuidade com a identidade herdada na transação subjetiva, e na transação objetiva características de reconhecimento que remetem à identidade de “responsável em promoção interna”. Entretanto, nenhum dos modelos se encaixa totalmente às características da identidade profissional (coletiva) da Assistência Estudantil (AE) do Ifac, quando analisadas as áreas: mundo vívido do trabalho, trajetória socioprofissional, os movimentos de emprego e a relação dos servidores com a formação, os resultados se relacionam com diferentes identidades.

Em relação às concepções da AE verificamos a predominância da perspectiva universalizante e a identificação dos profissionais como educadores contribuintes para com o processo de formação integral por meio das suas ações. Tanto as identidades para si quanto para o outro reforçam esse caráter. Por outro lado, apesar de predominar a autopercepção dos profissionais como educadores e de estes atuarem numa perspectiva universalizante, essas não são características unânimes entre eles. Ademais, as identidades estão em constante mudanças, podendo esse cenário estar diferente já nesse momento de apresentação dos dados.

Uma das possibilidades da compreensão da política como assistencialista possivelmente esteja relacionada a pouca divulgação das ações para além dos auxílios financeiros que são realizadas pelos profissionais do setor. Além disso, as dificuldades em executá-las em virtude do elevado quantitativo de demandas e a quantidade insuficiente de profissionais para atendimento.

Importante destacar que o fato da pesquisadora fazer parte da equipe de Assistência Estudantil e o título referenciar a perspectiva de AE que seria analisada, pode ter influenciado as respostas dos participantes na coleta de dados.

Comumente as pesquisas sobre identidade profissional possuem foco em profissões específicas e o desafio empreendido no presente estudo foi o de caracterizar a identidade de um setor composto por profissionais de diferentes áreas, suscitando uma identidade coletiva. Uma fragilidade dessa pesquisa foi não incluir outros membros da comunidade acadêmica, dentre eles os discentes que são o público alvo das ações do setor em virtude do tempo e da pandemia.

A escolha da pesquisa-ação como método de procedimento, apesar de desafiadora, ao proporcionar a interação entre os participantes e a reflexão coletiva sobre as questões em estudo favoreceram o alcance dos objetivos do presente trabalho. Cabe reconhecer, porém, que a realização de grupos focais *online* se mostrou pouco eficiente no processo de coleta de dados uma vez que foi fator impeditivo para a leitura da linguagem corporal e a dispersão da atenção por realizar outras tarefas concomitantes aos encontros.

Desse modo, esse estudo não pretende sanar as discussões sobre o tema, mas sim servir como propulsor para outras iniciativas visando aprofundar a discussão sobre a identidade profissional da assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Tradução: Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Aba 1.4 Situação de matrícula. Brasília, 2022. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2022.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Aba 1.4 Situação de matrícula. Brasília, 2021. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Aba 1.4 Situação de matrícula. Brasília, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Aba 1.4 Situação de matrícula. Brasília, 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

DIAS, Érika. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 565-573, jul./set. 2021.

DUBAR, Claude. **A socialização construção das identidades sociais e profissionais.** Traduzido por: Andréa Stabel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Traduzido por: Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**, Montes Claros, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2012.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.

FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O Processo de Construção e Reconstrução das Identidades dos Indivíduos nas Organizações. **RAC**, São Paulo, v.10, n. 1, p. 55-72, jan./mar. 2006

FIALHO, Joaquim. A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 138-162, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.** Acre: Instituto Federal do Acre, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2021.** Acre: Instituto Federal do Acre, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2020.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2019.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2018.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Prestação de Contas Ordinária Anual -
Relatório de Gestão do Exercício de 2011.** Acre: Instituto Federal do Acre, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de gestão do exercício de 2010.**
Acre: Instituto Federal do Acre, 2011.

MARCELO, Carlos. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente.** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2009.

MELO, Cristina Maria Meira de; FLORENTINO, Tatiane Cunha; MASCARENHAS, Nildo Batista; et al. Autonomia profissional da enfermeira: algumas reflexões. **Escola Anna Nery,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2016.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social,** Brasília, v. 20, n. 43, p. 268-289, jul./dez. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2014.

ROSSI, Fernanda; HUNGER, Dagmar. Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar. **Revista**

brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v. 101, n. 258, p. 313-336, maio/ago. 2020.

SANT'ANA, Ruth Bernardes de. Autonomia do sujeito: as Contribuições teóricas de G. H. Mead. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 4, p. 467-477, out./dez. 2009.

SANTOS, Clara. A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional. **Interacções**. Santarém - Portugal, v. 1, n. 8, p. 123-144, 2005.

SILVA, Elane Cristine Almeida da. **10 Anos do Instituto Federal do Acre (Ifac): histórias de vida e trabalho no campus Rio Branco**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, Rio Branco, 2021.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. A Assistência Estudantil no Processo Educacional: Possibilidades de Atuação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e238181, 2022.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. Políticas de Assistência Estudantil e educadores não docentes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, [2022?]. *No prelo*.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou contribuir com uma identidade de Assistência Estudantil para além dos auxílios financeiros no Instituto Federal do Acre e resultou na elaboração dessa dissertação composta por três artigos, que intentam responder aos objetivos específicos da pesquisa e um produto educacional que descreve o processo.

A política de assistência estudantil nasceu com cunho focalizado para atender principalmente as demandas dos discentes com dificuldades financeiras em permanecer no curso. Por outro lado, as profissões que integram as equipes dos setores que a executa iniciaram na educação para atendimento às demandas pessoais, familiares, sociais, de saúde, dentre outras, acenando ao caráter universalizante, o que remete à dualidade de concepção.

Destacamos que as possibilidades de atuação da assistência estudantil perpassam por dois modelos básicos, pautado em uma política seletista, de cunho apenas financeiro, que pode refletir em uma educação não emancipadora, ou de caráter universalizante, que busca atender o estudante em diversos aspectos: econômico, social, acadêmico e humano.

Nesse sentido, a atuação profissional deve estar de acordo com as demandas trazidas pelos discentes, ou seja, não deve se limitar à elaboração e execução de mecanismos destinados apenas à população vulnerável economicamente, mas também, a princípios de atendimento universal.

Os aspectos supracitados também influenciam na permanência e no desempenho acadêmico e no desenvolvimento psicossocial dos estudantes. Assim, para mitigar essas questões podem ser realizadas ações de promoção social, de integração entre aluno, escola e família, atendimentos e encaminhamentos técnicos, ações de atenção à saúde e apoio psicossocial, além das específicas de cada profissional.

A maioria dos regulamentos de Assistência Estudantil dos IFs, demonstra a intenção em desenvolver ações complementares ao ensino e que contribuam com a formação cidadã dos discentes para além do apoio financeiro, entretanto, nesse estudo não foi possível verificar se são efetivadas.

Acreditamos que para efetivar tais políticas é necessário que o número de profissionais seja suficiente para garantir o atendimento numa perspectiva universal. Esse aspecto de atuação legitima os profissionais da Assistência Estudantil a sua identidade educadora que precisa ser incorporada pelo profissional de tal modo que seja igualmente percebida pela comunidade acadêmica e contribua efetivamente para o desenvolvimento do processo educacional.

Verificamos que não há uniformidade de nomenclaturas do setor de atendimento aos discentes e nos cargos que os compõem nos Institutos Federais. Alguns institutos possuem todas as áreas elencadas na Plano Nacional de Assistência Estudantil proposto pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, outros não. Esse aspecto pode ter relação com a suposta fragilidade da identidade da Assistência Estudantil como atuante numa perspectiva universalizante.

No Ifac, a identidade para o outro da Assistência Estudantil se apresentou tanto como uma política assistencialista, quanto contribuinte para a formação de um cidadão. Na identidade para si, destacamos os registros que se relacionam com o ambiente profissional, dentre eles o interesse em melhorar a qualificação, gostar de ouvir, estudar e organizar as coisas. Contudo, há a consciência da existência de autonomia na atuação multidisciplinar, embora com equipes reduzidas, os profissionais evidenciam sua dedicação para com suas atividades o que caracteriza a Assistência Estudantil do Ifac.

Com intuito de caracterizar a identidade de acordo com os processos identitários apresentados por Dubar (2005) verificamos continuidade com a identidade herdada na transação subjetiva, e na transação objetiva características de reconhecimento que remetem à identidade de “responsável em promoção interna”. Entretanto, nenhum dos modelos se encaixa totalmente às características da identidade profissional (coletiva) da Assistência Estudantil do Ifac, quando analisadas as áreas: mundo vívido do trabalho, trajetória socioprofissional, os movimentos de emprego e a relação dos assalariados com a formação, os resultados se relacionam com diferentes identidades.

Em relação às concepções da Assistência Estudantil verificamos a predominância da perspectiva universalizante e a identificação dos profissionais como educadores contribuintes para com o processo de formação integral almejado pelos

pressupostos teóricos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Tanto as identidades para si quanto para o outro reforçam esse caráter.

Por outro lado, apesar de predominar a autopercepção dos profissionais como educadores e de estes atuarem numa perspectiva universalizante, essas não são características unânimes e não há o seu reconhecimento amplo na comunidade acadêmica, possivelmente pelas dificuldades em executar essas ações e, também, pela falta de divulgação das ações educativas executadas. Ademais, as identidades estão em constantes mudanças, podendo esse cenário estar diferente já no momento de apresentação dos dados.

Diante disso, o produto educacional elaborado “processo metodológico para caracterização da identidade profissional: o caso da Assistência Estudantil do Instituto Federal do Acre” configura-se com um importante roteiro para nortear os interessados no processo de caracterização da identidade profissional (coletiva) do setor de Assistência Estudantil, de modo a subsidiar ferramentas técnicas e operacionais para viabilizar a caracterização da identidade de outros setores institucionais no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, a divulgação dos resultados tende a contribuir para o conhecimento de algumas características dessa identidade pela comunidade.

Importante destacar os principais desafios enfrentados no processo da pesquisa:

- Parte dos dados referentes aos profissionais e às políticas de Assistência Estudantil nos Institutos Federais não foram localizados nos portais dos respectivos institutos, assim, precisamos recorrer à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação sendo e, mesmo nesses casos, as diferenças de nomenclaturas para o serviço de assistência ao estudante dificultaram a comunicação.
- A maioria dos estudos sobre Assistência Estudantil está relacionado aos auxílios ou bolsas. Comumente, os trabalhos que tratam do atendimento além das bolsas estão centrados na atuação de profissionais de áreas específicas, como por exemplo, o assistente social.
- Não localizamos muitas referências sobre a identidade profissional coletiva. Em geral, os escritos se direcionam a profissões específicas e muitos num aspecto administrativo de gestão de pessoas.

Reconhecemos que não incluir outros membros da comunidade acadêmica na pesquisa, dentre eles os discentes, público-alvo da assistência estudantil, representa uma limitação dos nossos resultados, tendo em vista a importância da identidade para o outro no processo de construção identitária. Contudo, considerando a dinâmica dos processos de construção das identidades e a importância desse reconhecimento para os indivíduos e às instituições, recomendamos novos estudos visando o aprofundamento do tema de modo a considerar os diferentes integrantes da comunidade acadêmica.

Importante salientar que mesmo não sendo hegemônica a identidade profissional da AE para além dos auxílios financeiros, as discussões coletivas empreendidas no percurso da investigação permitiram a reflexão dos profissionais participantes sobre suas ações individuais e coletivas em relação ao sentido de existir do setor e da própria instituição, fazendo-nos crer que de alguma maneira contribuimos para uma identidade numa perspectiva universalizante.

APÊNDICE A – ATA DO PRIMEIRO SEMINÁRIO COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA (EQUIPE TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL)

No dia onze de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas da manhã, via plataforma meet os participantes da pesquisa intitulada: Assistência Estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros. A pesquisadora iniciou a fala agradecendo a participação de todos e explicando que esse é o primeiro encontro de outros que acontecerão e que neste primeiro momento seriam discutidas as seguintes pautas: breve histórico da assistência estudantil, no Brasil e no Ifac; os problemas e objetivos da pesquisa já conversado com alguns membros anteriormente; proposta de grupos focais, a perspectiva em relação à pesquisa; dividir os grupos; definir o cronograma; esclarecer dúvidas e informes. Estiveram presentes 16 participantes. Em seguida, a pesquisadora questionou aos presentes o que sabiam sobre a história da Assistência Estudantil. O P12 informou não saber. A pesquisadora salientou que não há certo ou errado, mas as concepções e experiências de cada um. P10 disse que leu um artigo em que discorria que a assistência estudantil iniciou da década de trinta como suporte financeiro para alimentação e moradia universitária. Na sequência, o P2 informou que as discussões sobre assistência estudantil enquanto política iniciou por meio do Fórum dos Pró-reitores de Extensão nas universidades (o Forprex) a partir da década de oitenta com discussões acerca de acessibilidade e inclusão. Citou o Plano de Assistência Estudantil que não chegou a ser publicado, mas que o decreto foi a partir do esboço do plano. A pesquisadora questionou se mais alguém queria falar. P2 reforçou que o plano nasceu no Forprex, mas não foi referendado a partir de uma legislação, mas que o Decreto é fruto desse Plano. P4 destacou que é importante pensar a assistência estudantil como mecanismo do direito social, dentro da historicidade da educação no Brasil, depois da LDB e da Constituição Federal, a Assistência Estudantil vem de encontro com as necessidades da classe menos favorecida que ingressa cada vez mais nas universidades com essa democratização do direito social, para que minimamente conseguisse se manter nesse espaço, que ao longo da história da universidade brasileira, era praticamente da classe média e classe média alta. A pesquisadora reforça um pouco mais sobre o histórico da assistência estudantil e em seguida reforçou o questionamento sobre a história da assistência estudantil no Ifac. P3 destacou que a assistência estudantil é essencial nas instituições de ensino e que

só percebeu isso depois que foi atuar no setor. P16 fez uma fala sobre a situação social da cidade em que reside devido às cheias do rio, sobre a importância de haver intervenções governamentais nessa pauta para que haja ações preventivas e que a tentativa da assistência estudantil em colaborar nessas questões acaba por incutir um aspecto assistencialista ao setor e remete à historicidade do serviço social como caridade. Na sequência, a pesquisadora buscou fazer uma ponte sobre a situação atual da assistência estudantil no Ifac e como foi a implementação da assistência estudantil no Brasil e Ifac. P15 tomou a fala e explanou que essa política precisa ser conhecida não só pelos profissionais do setor, mas também por toda a comunidade acadêmica e que nós estamos na instituição para apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão. Em seguida, P2 fez um resumo sobre a história da assistência estudantil no Ifac a partir do momento da sua chegada. E que atualmente ainda temos aspectos assistencialistas, mas que hoje desenvolvemos muito mais ações além do financeiro do que anteriormente (no início dos repasses financeiros). P10 comentou que ocorreram mudanças na atuação dos profissionais, mas que os documentos que norteiam a atuação das equipes não acompanharam essas modificações. Disse ainda que é importante avaliar a identidade da assistência estudantil e a proposta da política de assistência estudantil para além do setor, pois os demais setores não compreendem suas funções e fica difícil se posicionar sem um aparato institucional que fortaleça. Na sequência, P11 comentou que num encontro nacional foi percebido que no Ifac, comparando com outras instituições de ensino, conseguimos desenvolver outras ações além dos auxílios. A participante fez algumas reflexões em relação a fala do P16 afirmando que precisamos refletir quem somos enquanto pessoa, enquanto profissional e enquanto membro de um setor na instituição e que essa diferenciação é importante. P2 tomou a fala e disse que se não nos posicionarmos e desenvolvermos uma identidade a tendência é que com o aumento do quantitativo de alunos, isso ocorra também no Ifac. Na sequência, P9 disse ser um dos mais recentes na assistência estudantil e que não tem o parâmetro antes e agora. Segundo ele, gosta de ajudar, então, quando chegam demandas que não lhe são concernentes, por vezes ele orienta como proceder. P13 comentou que quando iniciou suas funções no campus em dois mil e doze, havia poucos alunos e por vezes, por não ter tantas demandas, acabava fazendo outras funções que não eram competência do seu cargo e acabou se tornando como se fosse. Logo, essa pretensa ociosidade acaba prejudicando demandas que sejam pertinentes ao profissional. Reforçou a fala da P11

em relação a correlação de forças, de que enquanto seres políticos, por vezes precisamos ceder em alguns posicionamentos em prol do que entendemos ser um bem maior. Expôs ainda que “apagar fogo” dificulta realizar ações planejadas e preventivas. Na sequência, P3 destacou a importância de equipes completas para que a assistência estudantil tenha sucesso nas atividades e atinja seus objetivos tendo em vista que cada profissional possui formações específicas. Além disso, o quantitativo de alunos também interfere, pois o número mais que triplicou e a equipe não aumentou proporcionalmente. Após essa fala, a pesquisadora apresentou as problemáticas que haviam sido elencadas anteriormente pelos colegas e a partir das quais se chegou ao problema da pesquisa. São elas: os fluxos de trabalho não definidos, pouca capacitação para a equipe, dificuldade em realizar o atendimento universal, ausência de parâmetros de instrumentais técnicos, equipes incompletas e a visão da assistência estudantil como “bolsificação”. Seguiu apresentando o problema e os objetivos da pesquisa que corroboram com todas as falas anteriores no seminário. Na sequência, falou sobre a metodologia que será adotada para discussão do problema por meio de três grupos focais e que seriam divididos em dois grupos, com representação heterogênea em relação à formação profissional e ao campus. Todos os participantes estiveram de acordo com a divisão dos grupos, ficando assim representados. Grupo I: P4, P16, P2, P6, P9, P3, P8 e P1; grupo II: P11, P13, P15, P5, P14, P7, P12 e P10. Seguiu-se discutindo o cronograma para o primeiro grupo focal. A proposta seria de o grupo I se reunir no dia dezessete do corrente mês pela manhã e o grupo II no dia dezoito também pela manhã. Os participantes não concordaram com a proposta pois a agenda estava conflitando com outras demandas do setor. Ficou então decidido que o grupo I se reuniria no dia dezoito pela manhã e o grupo II no dia dezessete também pela manhã. Foi solicitado o envio das datas pelo e-mail. Ficou acordado que seria encaminhado e que a cada encontro seria decidida a data do próximo, respeitando o intervalo de aproximadamente quinze dias entre os grupos focais e de trinta dias entre os seminários. Em seguida, a pesquisadora questionou se haviam dúvidas, a P11 perguntou qual seria o objetivo dos grupos focais e a pesquisadora esclareceu que será para debater e refletir as temáticas. A pesquisadora solicitou aos participantes que ligassem as câmeras durante os encontros para melhorar a interação. Os participantes estiveram de acordo. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.

APÊNDICE B – ATA DO SEGUNDO SEMINÁRIO COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

No dia sete de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas da manhã, via plataforma meet reuniram-se os participantes da pesquisa intitulada: Assistência Estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros para tratar das seguintes pautas: resultados das entrevistas; perfil nacional da Assistência Estudantil; resultados dos grupos focais; discussão dos resultados; apresentação do protótipo do produto e informes. Estiveram presentes doze dos dezesseis participantes. A pesquisadora iniciou a fala agradecendo a participação e disponibilidade de todos, ressaltando que como a pesquisa é de todos, é fundamental essa participação. Em seguida, deu os informes iniciais sobre a etapa atual da pesquisa e destacou que poderiam questionar quaisquer dúvidas no decorrer da apresentação. Seguiu apresentando o perfil nacional da assistência estudantil em relação à previsão nas políticas dos Institutos Federais da perspectiva universal no atendimento e do quantitativo de cada profissional que atua na assistência estudantil desses IFs. Destacou a proporção de profissional para cada 500 alunos, considerando o total de servidores independente do cargo. Na sequência falou sobre o histórico da assistência estudantil no Ifac de acordo com os resultados das entrevistas, com foco nas mudanças em relação às equipes multiprofissionais e ao desenvolvimento do serviço. Em seguida apresentou o resultado das entrevistas aos diretores de ensino dos campi e dos grupos focais nos aspectos ações realizadas, o ideal para o serviço dentre outros. Foi destacado que alguns participantes priorizavam as discussões sobre bolsas e auxílios mesmo a pesquisa possuindo o foco de superar esses aspectos. Demonstrou que a política não é implementada cem por cento. Sobre a identidade, foi destacado a linguagem comum, sentimento de pertencimento à instituição, qualificação para o trabalho, dentre outros. Finda a apresentação, a pesquisadora abriu para discussão dos participantes. P12 iniciou a fala questionando a resposta do diretor de ensino sobre o acesso ao SIGA que é uma demanda que deve ser provocada pelo próprio diretor e sobre o perfil dos discentes que o campus poderá utilizar o questionário que foi aplicado no início do ano. Em seguida, P13 tomou a palavra falando que os resultados trazem o retrato de discussões feitas no cotidiano e afirmou se preocupar com o proporcional servidor por aluno porque o trabalho depende da especificidade do profissional que não dá para dividir pelo quantitativo

geral de servidores do setor. P2 considerou que os resultados dos grupos focais estão bem coerentes, mas afirmou se surpreender com os resultados das entrevistas aos diretores pois os gestores têm obrigação de buscar conhecer a instituição ao assumir o cargo e se surpreende por dizerem que é um setor muito importante. Afirmou que essa pesquisa colaborará muito com o dia a dia. Em seguida, P6 destacou que é muito importante lembrar a história para saber de onde saiu, onde estamos e para onde queremos ir. Afirmou que foi interessante ver a visão dos gestores e comparando com a dinâmica realizada sobre como o outro nos vê e que muitas informações convergem e destacou que para o trabalho é muito importante conhecer a opinião do outro sobre o setor até para poder crescer e refletir para construir o amanhã. P16 questionou o fato de não ter nas respostas dos gestores nenhum destaque da importância do setor no combate à evasão que eles não reconhecem esse trabalho do Naes. A pesquisadora informou que um diretor fez essa fala e que foi anotado como observação. A participante P4 pediu a palavra e falou que discutir a nossa prática é de suma importância para que a gente avance, destacou que chamou atenção o fato de nenhum gestor destacar o atendimento ao aluno e que é preocupante um gestor não saber dizer o papel do Naes sendo que antes de ser gestor já era docente e o quanto esse fato é preocupante visto que as demandas do setor devem ser resolvidas conjuntamente com esse gestor. Ressaltou que é importante termos outros momentos para discutir a nossa prática, para refletir, pois esse momento da pesquisa foi muito enriquecedor. Findo a discussão inicial dos resultados, a pesquisadora apresentou o protótipo do produto que materializará o processo de discussão. Em seguida, apresentou um modelo elaborado pelo Instituto Federal do Ceará. A pesquisadora questionou se é viável colocar fotos dos profissionais e informou que pretende colocar menos texto do que no modelo apresentado, fazer algo com mais figuras. A participante P4 gostou da organização e sugeriu que as fotos podem ser de momentos coletivos envolvendo os alunos. Em seguida, P6 explanou a importância desse documento e que já vinham pensando sobre isso inclusive para situar os profissionais que chegam no setor. Entretanto, para os alunos precisa ser um micro-manual para ser mais acessível e de fato leem e sugeriu incluir o link na aba da Dsaes no portal do Ifac e que as fotos poderiam ser incluídas nesse espaço para ser atemporal. P4 citou que a carta de apresentação pode ser a base para elaboração de um folder mais resumido aos alunos. A pesquisadora informou que pretende que seja menos textual e mais lúdico para que seja mais acessível a todo público. Em seguida, a

pesquisadora questionou se estão de acordo com a proposta. Todos estiveram de acordo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DIRETORES DE ENSINO

- 1 Há quanto tempo ocupa o cargo de diretor de ensino?
- 2 Quais os maiores desafios enfrentados nesse período?
- 3 Você poderia nos falar sobre a atuação do Núcleo de Assistência ao Estudante - Naes?
- 4 Quais as principais contribuições para a os processos educacionais que o Naes tem desenvolvido no seu *campus*?
- 5 Como é a participação do Naes em ações além das bolsas de auxílio?
- 6 Poderia destacar algumas ações integradas do Naes com outros setores ligados à Diren?
- 7 Quais as principais demandas da comunidade acadêmica (alunos, docentes, técnicos e gestão) encaminhadas ao Naes?
- 8 Como você avalia, enquanto gestor, o trabalho desenvolvido pela equipe técnica do Naes? Quais os aspectos positivos e aqueles que precisam melhorar?
- 9 Você conhece a Política de Assistência Estudantil do Ifac?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PRIMEIROS SERVIDORES LIGADOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFAC

1 Há quanto tempo você trabalha no Ifac?

2 Você é pioneiro na assistência estudantil do Ifac, nos fale sobre essa história destacando:

a) o ambiente (espacial, político, alcance social) de aplicação/execução da Pnaes desde o seu ingresso no Ifac (pode dividir em épocas/fases, se houveram);

b) considerando o início qual a compreensão/visão que se tinha da assistência estudantil (pelos profissionais vinculados à AE, pelos docentes e técnicos de outros setores e pelos estudantes);

c) a sua visão pessoal sobre AE mudou de lá para cá? Se sim, em quais aspectos?

d) destaque fatos marcantes do início da AE no Ifac;

e) principais barreiras para execução da Paes;

f) processo de criação e modificação da Paes;

3 Você fez/faz parte do processo de criação e atualização da política de assistência estudantil (Paes) do Ifac. Para você a Paes atual atende às necessidades estudantis e contempla a abrangência do trabalho das equipes técnicas? Por quê?

4 O que você pensa sobre a assistência estudantil numa perspectiva educativa?

5 A Paes é efetivamente implementada?

6 Quais os maiores desafios da assistência estudantil no Ifac hoje?

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA O PRIMEIRO GRUPO FOCAL

Apresentação

- 1 Há quanto tempo você desempenha suas funções na Assistência Estudantil?
- 2 Quais as ações realizadas no setor?
- 3 Qual o significado dessas ações para você?
- 4 Você acha que poderia fazer diferente? Por quê?
- 5 Qual o sentido de existir a Assistência Estudantil? Você acredita nessa política educacional?
- 6 Numa perspectiva ideal, como seria a execução da Política de Assistência Estudantil?
- 7 Partindo da nossa realidade, quais as possibilidades de melhoria para seguirmos em direção ao ideal?

APÊNDICE F – ROTEIRO PARA O SEGUNDO GRUPO FOCAL

- 1 Quais são seus interesses pessoais e profissionais?
 - 3 Como você avalia a importância da sua profissão (formação) para a sociedade?
 - 4 Como você avalia a importância que a sociedade dá a sua profissão?
 - 5 Como você se sente em relação à sua formação acadêmica e atuação na função que exerce no Ifac?
 - 6 No exercício de sua função você acredita que está colaborando com a sociedade de alguma maneira? Se sim, como? Se não, Por que?
 - 7 Tente se lembrar dos momentos em que você realmente se sentiu satisfeito no seu trabalho. Como foi essa situação?
 - 8 No dia a dia no trabalho, o quanto você se sente realizado no que faz?
- Quanto ao Ifac:
- 9 Quais eram suas expectativas ao ingressar no Ifac? Elas foram/estão sendo atendidas?
 - 10 Você conhece a missão, visão e valores do Ifac? Participou da construção?
 - 11 O que você acha desses conceitos?
 - 12 Você consegue ver relação da assistência estudantil com esses conceitos? Explique?
 - 13 Qual a sua contribuição e da assistência estudantil para alcance desses princípios?

APÊNDICE G – ROTEIRO PARA O TERCEIRO GRUPO FOCAL

1 Você acredita que o Ifac forma seus estudantes para a cidadania?

2 Como a assistência estudantil contribui ou poderia contribuir nesse processo de formação?

3 O que você acha do Pnaes?

4 A Política de Assistência Estudantil do Ifac é implementada efetivamente? Por quê?

5 A Política de Assistência Estudantil do Ifac contempla as necessidades da comunidade acadêmica? Por quê?

6 Você acha que a Paes aborda a assistência estudantil enquanto parte de um processo educativo? Se sim, em quais aspectos? Se não, o que seria necessário para ser compreendida como algo educacional? O que você acha disso?

7 Você se percebe educador (que atua/contribui nos processos educacionais) em suas atividades na AE? Se sim, em quais circunstâncias ou atividades?

8 Como você acredita que a AE pode contribuir mais com o processo educacional? E como você pode atuar para que isso aconteça?

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTA AOS PRIMEIROS SERVIDORES)

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa Assistência Estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros. O principal objetivo é contribuir com a construção de uma identidade da assistência estudantil numa perspectiva educativa para além dos auxílios financeiros no Instituto Federal do Acre.

A senhora está sendo convidada porque compõe a equipe que desenvolve suas funções no setor de assistência ao estudante no Instituto Federal do Acre desde a implementação da instituição no estado. Esta pesquisa é importante para mapear as ações realizadas pelos Núcleos de Assistência ao Estudante e Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil do Ifac; debater sobre essas ações numa perspectiva educativa e por fim, para elaborar um produto educacional que descreva os processos contributivos para a construção de uma identidade da assistência estudantil para além dos auxílios financeiros, tendo em vista que não identificamos muitas produções científicas com esse aspecto, além de verificarmos, empiricamente, a visão desse setor de maneira assistencialista e celetista por vários membros da comunidade acadêmica do Instituto.

Trata-se de uma pesquisa para elaboração da dissertação e construção do produto educacional para conclusão do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, realizada pela pesquisadora Priscila da Silva Soares orientada pelo Professor Doutor Cledir de Araújo Amaral e, para realizá-la, precisamos de sua contribuição.

A pesquisadora poderá ser contatada por meio do telefone (68) 99972-4115, e-mail priscila.soares@ifac.edu.br para esclarecer eventuais dúvidas que a sra possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

A sua participação na pesquisa consiste em conceder uma entrevista por meio de plataforma online, meet.google.com/tur-vkhn-dqq, no dia xxx de 2021, às xxh, com duração aproximada de 1h (uma hora) com objetivo de contribuir com a discussão a respeito da identidade profissional dos membros da assistência estudantil do Ifac.

Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser: desconfortos ou constrangimentos para responder às perguntas e possibilidade de identificação do participante. Para evitar e/ou minimizar esses riscos, a entrevista será semiestruturada com intuito de deixar o entrevistado à vontade em responder, podendo se abster de responder alguma das perguntas.

Para evitar a identificação, os dados obtidos por meio da pesquisa serão divulgados de maneira agregada de modo que não seja possível identificar nominalmente os participantes, sendo realizados os cuidados para não os associar às suas opiniões. A sua entrevista será gravada e a gravação será utilizada exclusivamente para fins de obtenção de dados para a pesquisa e não serão utilizados em quaisquer outros meios.

Esperamos com esta pesquisa subsidiar a construção de uma identidade que confira o carácter educacional do trabalho dos profissionais atuantes na assistência estudantil que corrobore com a formação cidadã dos discentes. Contribuir, dessa forma, para o fortalecimento do setor e promover ações educacionais cada vez mais integradas tanto internamente, como com outros setores, buscando superar a visão reducionista de assistencialismo comumente atribuída ao setor. Assim, expandir a visão sobre as possibilidades de atuação destes técnicos junto à comunidade acadêmica, a partir da reflexão sobre a sua função social e atribuições visando uma atuação cada vez mais eficiente. Com a elaboração do produto educacional esperamos dá visibilidade às atribuições e ações da Assistência Estudantil e a sua relação com os processos educacionais do Ifac, superando a visão distributiva de auxílios financeiros de modo que sirva de referência para a adoção em outras instituições da Rede Federal.

A sua participação neste estudo é voluntária e se a senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, poderá retirar o seu consentimento.

As despesas decorrentes para a realização da pesquisa são de responsabilidade exclusiva da pesquisadora e, pela sua participação, a senhora não receberá qualquer valor em dinheiro, nem qualquer outro tipo de compensação ou vantagem pessoal e tem a garantia de que não terá problemas com a sua participação nesta pesquisa.

Considerando o período de pandemia, este termo será disponibilizado apenas de forma online e seu aceite em participar será por meio do preenchimento da questão abaixo.

Declaro que li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo intitulado: assistência estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros, do qual concordei em participar de livre e espontânea vontade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem ter que justificar minha decisão e nem sofrer quaisquer tipos de coação ou punição. Tenho conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado pela minha participação e que não serei identificado nas publicações dos resultados da pesquisa. (Escrever abaixo o nome completo).

Rio Branco/AC ____/____/____

nome completo do participante

Priscila da Silva Soares
(pesquisadora responsável)

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral
(pesquisador orientador)

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTA DIRETORES)

O senhor está sendo convidado a participar da pesquisa “Assistência Estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros” que tem como objetivo contribuir com a construção de uma identidade da assistência estudantil numa perspectiva educativa para além dos auxílios financeiros no Instituto Federal do Acre.

O senhor está sendo convidado porque é o chefe imediato dos profissionais que atuam no setor de assistência ao estudante no seu campus de atuação do Instituto Federal do Acre.

Esta pesquisa é importante para mapear as ações realizadas pelos Núcleos de Assistência ao Estudante e Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil do Ifac; debater sobre essas ações numa perspectiva educativa e, por fim, para elaborar um produto educacional que descreva os processos contributivos para a construção de uma identidade da assistência estudantil para além dos auxílios financeiros, tendo em vista que não identificamos muitas produções científicas com esse aspecto, além de verificarmos, empiricamente, a visão desse setor de maneira assistencialista e celetista por vários membros da comunidade acadêmica do Instituto.

Trata-se de uma pesquisa para elaboração da dissertação e construção do produto educacional para conclusão do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, realizada pela pesquisadora Priscila da Silva Soares orientada pelo Professor Doutor Cledir de Araújo Amaral e, para realizá-la, precisamos de sua contribuição.

A pesquisadora poderá ser contatada por meio do telefone (68) 99972-4115, e-mail priscila.soares@ifac.edu.br para esclarecer eventuais dúvidas que o sr. possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

A sua participação na pesquisa consiste em conceder uma entrevista por meio de plataforma online, meet.google.com, no dia xxx 2021, às xx horas, com duração aproximada de 1h (uma hora) com objetivo de contribuir com a discussão a respeito da identidade profissional dos membros da assistência estudantil do Ifac.

Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser: desconfortos ou constrangimentos para responder às perguntas e possibilidade de identificação do participante. Para evitar e/ou minimizar esses riscos, a entrevista será semiestruturada com intuito de deixar o entrevistado à vontade em responder, podendo se abster de responder alguma das perguntas.

Para evitar a identificação, os dados obtidos por meio da pesquisa serão divulgados de maneira agregada de modo que não seja possível identificar nominalmente os participantes, sendo realizados os cuidados para não os associar às suas opiniões. A sua entrevista será gravada e a gravação será utilizada exclusivamente para fins de obtenção de dados para a pesquisa e não serão utilizados em quaisquer outros meios.

Esperamos com esta pesquisa subsidiar a construção de uma identidade que confira o carácter educacional do trabalho dos profissionais atuantes na assistência estudantil que corrobore com a formação cidadã dos discentes. Contribuir, dessa forma, para o fortalecimento do setor e promover ações educacionais cada vez mais integradas tanto internamente, como com outros setores, buscando superar a visão reducionista de assistencialismo comumente atribuída ao setor. Assim, expandir a visão sobre as possibilidades de atuação destes técnicos junto à comunidade acadêmica, a partir da reflexão sobre a sua função social e atribuições visando uma atuação cada vez mais eficiente. Com a elaboração do produto educacional esperamos dá visibilidade às atribuições e ações da Assistência Estudantil e a sua relação com os processos educacionais do Ifac, superando a visão distributiva de auxílios financeiros de modo que sirva de referência para a adoção em outras instituições da Rede Federal.

A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, poderá retirar o seu consentimento.

As despesas decorrentes para a realização da pesquisa são de responsabilidade exclusiva da pesquisadora e, pela sua participação, o senhor não receberá qualquer valor em dinheiro, nem qualquer outro tipo de compensação ou vantagem pessoal e tem a garantia de que não terá problemas com a sua participação nesta pesquisa.

Considerando o período de pandemia, este termo será disponibilizado apenas de forma online e sua confirmação de aceite em participar será por meio da assinatura na questão abaixo.

Declaro que li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo intitulado: assistência estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros, do qual concordei em participar de livre e espontânea vontade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem ter que justificar minha decisão e nem sofrer quaisquer tipos de coação ou constrangimento. Tenho conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado pela minha participação e que não serei identificado nas publicações dos resultados da pesquisa. (Escrever abaixo o nome completo).

Rio Branco/AC ____/____/____

nome completo do participante

Priscila da Silva Soares
(pesquisadora responsável)

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral
(pesquisador orientador)

APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (SERVIDORES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL)

O (A) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “Assistência Estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros” que tem como objetivo contribuir com a construção de uma identidade da assistência estudantil numa perspectiva educativa para além dos auxílios financeiros no Instituto Federal do Acre.

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) porque desenvolve suas funções no setor de assistência ao estudante no Instituto Federal do Acre.

Esta pesquisa é importante para mapear as ações realizadas pelos Núcleos de Assistência ao Estudante e Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil do Ifac; debater sobre essas ações numa perspectiva educativa e, por fim, para elaborar um produto educacional que descreva os processos contributivos para a construção de uma identidade da assistência estudantil para além dos auxílios financeiros, tendo em vista que não identificamos muitas produções científicas com esse aspecto, além de verificarmos, empiricamente, a visão desse setor de maneira assistencialista e celetista por vários membros da comunidade acadêmica do Instituto.

Trata-se de uma pesquisa para elaboração da dissertação e construção do produto educacional para conclusão do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, realizada pela pesquisadora Priscila da Silva Soares, orientada pelo Professor Doutor Cleidir de Araújo Amaral e, para realizá-la, precisamos de sua contribuição.

A pesquisadora poderá ser contatada por meio do telefone (68) 99972-4115, e-mail priscila.soares@ifac.edu.br para esclarecer eventuais dúvidas que o (a) sr. (a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

A sua colaboração na pesquisa consiste em participar de aproximadamente seis encontros por meio da plataforma online google meet, no período de março a junho de 2021 ano, em datas a serem acordadas coletivamente no primeiro seminário dia 11 de março de 2021, às 09 horas, através do link meet.google.com/rpi-rfdd-gom com duração máxima de 2h (duas horas). Posteriormente propõe-se a realização de três grupos focais e dois seminários.

As discussões ocorridas nos encontros grupais não poderão ser expostas em locais fora desse ambiente, ficando os participantes cientes desse compromisso.

Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser: desconfortos ou constrangimentos para responder as perguntas e possibilidade de identificação do participante. Para evitar e/ou minimizar esses riscos, o participante pode se abster de responder alguma das perguntas. Ademais, os dados obtidos serão divulgados de maneira agregada de modo que não seja possível identificar nominalmente os participantes, sendo realizados os cuidados para não os associar às suas opiniões. Os grupos serão gravados e a gravação será utilizada exclusivamente para fins de obtenção de dados para a pesquisa e não serão utilizados em quaisquer outros meios.

Esperamos com esta pesquisa subsidiar a construção de uma identidade que confira o carácter educacional do trabalho dos profissionais atuantes na assistência estudantil que corrobore com a formação cidadã dos discentes. Contribuir, dessa forma, para o fortalecimento do setor e promover ações educacionais cada vez mais integradas tanto internamente, como com outros setores, buscando superar a visão reducionista de assistencialismo comumente atribuída ao setor. Assim, expandir a visão sobre as possibilidades de atuação destes técnicos junto à comunidade acadêmica, a partir da reflexão sobre a sua função social e atribuições visando uma atuação cada vez mais eficiente. Com a elaboração do produto educacional esperamos dá visibilidade às atribuições e ações da Assistência Estudantil e a sua relação com os processos educacionais do Ifac, superando a visão distributiva de auxílios financeiros de modo que sirva de referência para a adoção em outras instituições da Rede Federal.

A sua participação neste estudo é voluntária e se o (a) senhor (a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, poderá retirar o seu consentimento.

As despesas decorrentes para a realização da pesquisa são de responsabilidade exclusiva da pesquisadora e, pela sua participação, o senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro, nem qualquer outro tipo de compensação ou vantagem pessoal e tem a garantia de que não terá problemas com a sua participação nesta pesquisa.

Considerando o período de pandemia, este termo será disponibilizado apenas de forma online e sua confirmação de aceite em participar será por meio da assinatura na questão abaixo.

Declaro que li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo intitulado: assistência estudantil: contribuições para a construção de uma identidade para além dos auxílios financeiros, do qual concordei em participar de livre e espontânea vontade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem ter que justificar minha decisão e nem sofrer quaisquer tipos de coação ou punição. Tenho conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado pela minha participação e que não serei identificado nas publicações dos resultados da pesquisa. (Escrever abaixo o nome completo).

Rio Branco/AC ____/____/____

nome completo do participante

Priscila da Silva Soares
(pesquisadora responsável)

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral
(pesquisador orientador)

**APÊNDICE K – PROCESSO METODOLÓGICO PARA CARACTERIZAÇÃO DA
IDENTIDADE PROFISSIONAL: O CASO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE**